



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE JANEIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 443/XVII/1.ª e 444/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 569/XVII/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, proposto pelo Governo, sobre o Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo. Depois de o Ministro da Presidência (António Leitão Amaro) ter aberto o debate, usaram da

palavra, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) e [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) e [João Paulo Graça](#) (CH).

No encerramento do debate, proferiram intervenções, além do Ministro da Presidência, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Muacho](#) (L), [António](#)

Filipe (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Mariana Leitão (IL), André Ventura (CH), Ana Sofia Antunes (PS) e António Rodrigues (PSD).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 15/XVI/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código, tendo intervindo, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Hugo Patrício Oliveira

(PSD), Bernardo Blanco (IL), Carlos Brás (PS), Paula Santos (PCP), Eduardo Teixeira (CH), Isabel Pires (BE), Paulo Muacho (L), Inês de Sousa Real (PAN), Alberto Fonseca (PSD) e Hugo Costa (PS).

No encerramento do debate, proferiu uma intervenção a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

Deu-se ainda conta de três Deputados do PSD e de um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 19 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, peço às autoridades para abrirem as portas das galerias ao público.

Eram 15 horas e 3 minutos.

Cumprimento o Sr. Ministro e os restantes membros do Governo que já estão presentes no Plenário.
Peço ao Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira para fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, as seguintes iniciativas: o Projeto de Lei n.º 443/XVI/1.^a (PS) — Proceda à alteração dos limites eleitorais entre a freguesia de Pernes, a União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira e a União das Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa, do município de Santarém; o Projeto de Lei n.º 444/XVI/1.^a (CH) — Elevação da freguesia de Lanheses à categoria de vila histórica; e, ainda, o Projeto de Resolução n.º 569/XVI/1.^a (PCP) — Consagra o dia 31 de janeiro como o Dia Nacional do Sargento.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, para podermos começar os nossos trabalhos, dado que já está presente o Sr. Ministro e que estão também representados todos os grupos parlamentares — à vista, temos quórum também para podermos começar a trabalhar.

Pedia o favor de darmos condições para o Sr. Ministro poder fazer a sua intervenção inicial. Faça favor, Sr. Ministro, dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O tema da imigração é, seguramente, daqueles que mais atenção e polarização ocupam no debate público pelo mundo fora. O tom frequentemente sobe, as palavras agudizam-se, na Europa, na América, mas crescentemente também cá, em Portugal, vemos levantarem-se vozes e discursos que se extremam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — De um lado, o discurso do ódio e da exclusão;...

Protestos do CH.

... do outro, o do laxismo e da permissividade, que é caminho para a indignidade de tratamento dos imigrantes, dos requerentes de proteção internacional, mas também dos portugueses.

Em Portugal, este Governo tenta e oferece, no meio dessa polarização entre extremos, uma mudança de política e uma abordagem de moderação, de firmeza e de equilíbrio entre regulação e fiscalização firmes e acolhimento humanista de quem nos procura.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Porque é que está tão nervoso?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Queremos mostrar, em Portugal e, a partir de Portugal, à Europa e ao mundo que é possível essa moderação firme, que não estamos condenados nem às portas escancaradas nem às portas todas fechadas.

Repudiamos a instrumentalização dos estrangeiros que cá estão,...

Aplausos do PSD.

... seja a instrumentalização daqueles extremos que querem culpar os estrangeiros por tudo, seja a dos outros extremos, que ignoram os deveres que também têm e acham que não pode haver responsabilização por nada.

Queremos mostrar que é possível uma alternativa com bom senso e equilíbrio, e que essa alternativa é melhor para todos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, como País, como economia, como sociedade decente, Portugal precisa de acolher, sejam imigrantes para trabalhar ou estudar, sejam pessoas desesperadas, a merecer proteção internacional porque fogem de perseguições guerras ou catástrofes humanitárias. Como País, Portugal precisa de mais controlo, de mais regras e de mais fiscalização, seja nas fronteiras, à entrada, seja no terreno, em território nacional.

O controlo e a fiscalização são melhores para quem cá vive, mas são também melhores para quem nos procura, porque só assim garantimos acolher correta e decentemente esses que vêm. E, como País, precisamos de lhes assegurar melhor integração, que seja humanista e funcione, reconhecendo direitos e dignidade a quem vem de fora, mas também exigindo-lhes o respeito pelos seus deveres e pelos nossos valores constitucionais.

O Pacto Europeu para as Migrações e Asilo, na sua generalidade, e, sobretudo, este Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, que hoje discutimos, procuram corporizar essa nova política de moderação firme, de regulação e de integração humanista.

Este plano de implementação é uma das 41 medidas de um plano de ação apresentado pelo Governo que, embora o tenha sido apenas há seis meses e para uma Legislatura inteira, já tem a sua execução pela metade.

Tal como este pacto europeu era necessário numa Europa confrontada com a transformação e aumento da pressão de fluxos migratórios, também o plano de ação do Governo, este plano nacional de implementação e a nossa nova política de imigração são imprescindíveis para Portugal, por duas razões que se relacionam.

Por um lado, Portugal teve, nos últimos cinco anos, um aumento muito, muito significativo da imigração. Em cerca de cinco anos, o peso da população estrangeira na população do País mais do que duplicou. Este é um aumento relativo, praticamente sem paralelo na Europa, nestes cinco anos, o que tem, obviamente, um profundíssimo impacto e apresenta um desafio muito grande à capacidade de integração na comunidade. Esse aumento e essa situação que hoje vivemos são, também, resultado de uma política passada desastrosa que abriu as portas — escancaradas —, desmantelou a capacidade do Estado e destruiu o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e que precisa de ser mudada, também com este plano nacional, também com estas medidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem seis pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Irei responder dois a dois, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Em três grupos, dois a dois, muito bem.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado e Srs. Deputados, um cidadão que apresentou, nos termos da lei, a sua manifestação de interesse para a realização de uma atividade em Portugal recebeu, na semana passada, a seguinte mensagem: «A estrutura de missão para a recuperação de processos pendentes na AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), que iniciou a sua atividade em julho de 2024, está a modernizar procedimentos, tendo em vista a prestação de um serviço mais célere e de melhor qualidade aos utentes da AIMA e de acordo com o quadro legal e regulamentar.

Assim, na sequência da apresentação da manifestação de interesse, fica por este meio notificado de que para podermos agendar o seu atendimento presencial...» — sublinho, «para podermos agendar o seu atendimento» — «... e dar seguimento ao pedido deverá proceder da seguinte forma: aceda à plataforma de serviços, revalide a sua conta, faça *login*, clique no botão “pagar”.» Pagar, são 400 €! Ou seja, o cidadão que apresentou a sua manifestação de interesses nos termos da lei tem de pagar 400 € para ser agendado o seu atendimento, caso contrário não será atendido e perde o seu processo. A pergunta é muito simples, Sr. Ministro: não acha que isto é uma pouca-vergonha?!

Aplausos do PCP, do BE e do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, ouvimos atentamente aquilo que disse, e há um dado que nos parece, hoje, evidente: temos um país que está a braços com uma crise de excesso de imigração, que tem de controlar. Parece-me que esse objetivo é hoje evidente, independentemente das perspetivas.

Agora, queria perguntar-lhe o que é que vai fazer sobre isto. O PSD vai manter a mesma atitude que tem mantido em relação a este tema? Quer dizer, tem de se controlar a imigração, mas, depois: procura-se ter quotas de imigração, e o PSD vota contra; procura-se controlar os atestados de residência, mas o PSD vota ao lado do PS e não permite que as iniciativas passem; procura-se implementar a obrigatoriedade de um seguro de saúde em Portugal, mas o PSD junta-se ao PS e não permite que passe; pede-se um referendo — que a maior parte das pessoas já disse que quer! — sobre imigração, o PSD junta-se ao PS e não permite que passe.

Ó Sr. Ministro, parece um bocadinho uma coisa só de andar atrás do Chega!

Risos do CH.

E compreendemos, porque estão a perder votos e o Chega está a ganhar. Isso nós compreendemos, essa parte é normal!

Aplausos do CH.

Isso é normal, mas, ao menos, levem até ao fim. E até ao fim é isto: quotas de imigração, sim! Obrigatoriedade de seguros para quem vem para Portugal, sim! Necessidade de controlar quem aqui chega e não esteja a usar o nosso serviço de saúde de forma abusiva e arbitrária, sim!

Ó Sr. Ministro, isto já será o primeiro passo para conseguirmos fazer alguma coisa e evitar, não que o Chega, mas que vocês e o Sr. Deputado Hugo Soares andem a «apanhar bonés» a tarde toda, a noite toda, o ano inteiro! Não é?! Ao menos isso!

Aplausos do CH.

Portanto, para terminar, o Sr. Ministro sabe que países como a Alemanha, a França, a Itália estão, neste momento, a procurar restringir o acordo de migrações, inclusive da parte de Governos social-democratas e de Governos socialistas. O que lhe pergunto é se o Sr. Ministro concorda ou não que é importante fazer restrições fortes a este novo pacto das migrações europeu, para garantirmos que os cidadãos portugueses e europeus estão em primeiro lugar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que filme é este?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem 3 minutos para responder. Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chapéus há muitos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pode ignorar as perguntas do PCP, que não interessa muito!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, perguntou-me se eu achava uma pouca-vergonha o Governo, a AIMA e a Estrutura de Missão estarem a

implementar um regulamento que existe, creio, desde janeiro de 2024 — portanto, aprovado por um Governo do Partido Socialista — e que diz uma coisa que me parece do mais elementar bom senso: se alguém procura um serviço do Estado português deve pagar por ele.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Para ser atendido?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A não ser que o Sr. Deputado acredite nesse país em que o Estado se autofinancia a partir de uma árvore das patacas...

Protestos do PCP e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

... e em que é possível pagar aos funcionários públicos que atendem com dinheiro criado e saído das árvores, dir-lhe-ia, Sr. Deputado, que se alguém procura vir para Portugal e regularizar-se deve pagar o serviço dos funcionários públicos...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E para pagar o Governo, não?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... que o atendem e que o analisam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP e de Deputados do BE.

Sr. Deputado André Ventura, acho que a sua última pergunta, relativa ao pacto europeu, diz tudo sobre a sua postura, e, provavelmente anda também a «apanhar bonés» sobre o que se passa na Europa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alguns nem para isso servem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Vejam o que diz o Sr. Deputado André Ventura: que há um pacto — que, por acaso, no plano europeu foi aprovado por um Governo do Partido Socialista, mas também por Governos de vários partidos e várias famílias políticas — conhecido por endurecer as regras.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Alguns sociais-democratas!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O pacto novo endurece as regras!

Também tem muitos elementos de mais humanidade na integração, designadamente com crianças, e crianças não acompanhadas — que, de certeza, o Sr. Deputado não contesta que devem ser tratadas com cuidado. Mas o Sr. Deputado André Ventura, muito preocupado com que o controlo da imigração funcione,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não quer nada!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... diz-nos assim: «Olhem, há um pacto que endurece as regras, mas sabem o que é que eu quero? Ignorem-no e comecem à procura de outro.»

O Sr. **André Ventura** (CH): — De um melhor!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Ou seja, verdadeiramente, o Sr. Deputado André Ventura é como tudo na imigração,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É a Alemanha que diz! É a Itália e a França!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... é sempre à procura de bonés a saltar e nunca, nunca quer nada que seja executar. Sabe porque é que o Sr. Primeiro-Ministro ontem aqui enfatizou tanto que é preciso um Governo que execute? É porque olhamos para aqui e é só partidos que falam, falam, falam... E fazer? Nada!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas quem?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É preciso é fazer bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, ao contrário daquilo que o Sr. Ministro disse ali de cima, da tribuna, não há neste Parlamento nenhum partido que defenda que não existam regras.

O curioso é que o PSD — que, em muitas circunstâncias, defende a simplificação, defende a limitação da burocracia, defende a clareza nos procedimentos — tenha um Ministro que nos vem aqui dizer que precisamos de mais leis, de mais burocracia, precisamos de dificultar ainda mais a vida às pessoas que procuram o nosso País.

Mas, relativamente ao plano de implementação — porque penso que é isso que estamos aqui hoje a discutir —, este tem muitas falhas em termos da própria implementação e daquilo que concretamente quer fazer. Por isso, queria colocar-lhe algumas perguntas.

Em primeiro lugar, relativamente à participação da sociedade civil e dos refugiados, o plano refere a sociedade civil como parceira nos protocolos de acolhimento, mas não fala sobre a participação da sociedade civil, nomeadamente, em processos legislativos, na conceção dos procedimentos operacionais. Portanto, gostaria de perguntar qual é o compromisso do Governo nesta matéria.

Relativamente a recursos humanos, é reconhecida, de uma forma transversal, a falta de recursos humanos na AIMA. O plano refere essa necessidade, mas nunca quantifica; nunca é referido um número de quantos funcionários faltam na AIMA e quais os perfis desses funcionários.

Por outro lado, o sistema de acolhimento dos requerentes de proteção internacional padece de uma falta de investimento crónica. É um sistema que está dependente de financiamento europeu, por projetos, e que carece de estabilidade e sustentabilidade. Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro como é que o Governo vai assegurar um modelo de financiamento adequado.

Por fim, esta nova legislação abre portas à generalização da detenção dos requerentes de asilo, e não precisava de ser este, necessariamente, o caminho a seguir. Mas gostaria que o Sr. Ministro nos explicasse, em termos de investimento, nomeadamente investimento nos centros de detenção — para garantirmos os direitos básicos e as condições para as pessoas lá permanecerem —, qual é o compromisso do Governo nesta matéria.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, este pacto europeu procura responder aos desafios migratórios e, como o Sr. Ministro já disse, endurece, de alguma forma, a abordagem europeia relativamente à política de migrações.

Sucede que o problema no contexto europeu, desde o início do século e desde que se agravou a pressão migratória sobre a Europa, não foi ter pactos — ou ter medidas ou ter regulamentos ou ter diretivas — que fossem mais ou menos rígidos a lidar com as migrações, o problema foi a eficiência das regras criadas.

A União Europeia já criou regras mais exigentes, menos exigentes, e não conseguiu aplicar nem umas nem outras. Portanto, aquilo que se questiona neste momento, na dimensão nacional, mas sobretudo na dimensão europeia, é se a Europa tem capacidade para cumprir as regras que cria para as migrações.

O dado mais evidente da incapacidade europeia de lidar com esta questão é o do retorno. Todos os países da União Europeia decidem que há migrantes que estão ilegais e que, portanto, têm de voltar aos seus países. Mas uma grande percentagem desses imigrantes nunca volta aos seus países, porque não há capacidade de desenvolver esta matéria.

Há outra questão que é fundamental, em que a Europa é claramente gozada e abusada pelas redes internacionais de imigração ilegal, que tem a ver com a proteção internacional. As redes de imigração ilegal mandam os estrangeiros para a Europa, a ver se eles conseguem entrar. Se lhes for negada a entrada, estão instruídos para, imediatamente, pedirem a proteção internacional. Os Estados europeus comportam-se como se não percebessem que estão a ser enganados; como se não percebessem que alguém tentou entrar ilegalmente e, não conseguindo entrar ilegalmente, pede proteção internacional — sendo que não tem os requisitos para pedir proteção internacional, apenas tenta, administrativamente, prolongar a sua permanência num determinado Estado e sabe que, depois, esse Estado não tem capacidade para o fazer retornar ao seu país.

Portanto, um pacto, um plano nacional, só funciona se conseguirem aplicar as regras. Que garantia é que temos disso?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Muacho, dou-lhe respostas rápidas.

Participação ou não da sociedade civil no processo legislativo? Sim, é exatamente por causa disso que na próxima segunda-feira reúne o Conselho Nacional para as Migrações e Asilo, onde têm assento cinco comunidades imigrantes e duas representantes da sociedade civil que fazem apoio a refugiados, recriado por este Governo, presidido pelo Dr. António Vitorino, onde discutimos também este pacto e, regularmente, a política para as migrações.

A AIMA tem o objetivo de aumentar 35 % dos seus participantes, mais de 400 pessoas hoje a colaborar com a estrutura de missão. Os instrumentos de financiamento são vários. O maior é o FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração). Isto é tudo financiamento europeu.

A detenção é o último recurso e os centros de instalação temporária devem ter uma parte de privação de liberdade, mas idealmente uma parte sem privação de liberdade, designadamente, que permita que crianças vão à escola e que as famílias possam ter alguma participação na vida comunitária.

O Sr. Deputado João Almeida perguntou-me o que é isso de prometer regras e não as cumprir.

A começar pelo retorno, lembro-me de bonés outra vez.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós é que oferecemos!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O que é que podia estar escrito no boné que podíamos oferecer? Seria mais ou menos isto: «Olha para o que eu digo, mas não faças o que eu faço.»

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Ora, nós precisamos mesmo que o retorno funcione,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e precisamos mesmo do retorno de ilegais. Precisamos mesmo que as autoridades de segurança tenham poderes para fiscalizar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Então, o que é que dissemos ao País? Vamos mudar as regras de retorno para serem mais robustas e — já que o Partido Socialista destruiu o SEF e ninguém teve nenhuma ideia, e todos, incluindo o Chega, disseram que não fazia sentido recriar o SEF — vamos criar uma unidade de estrangeiros e fronteiras na PSP (Polícia de Segurança Pública).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos reconstruir o SEF!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Que a esquerda não queira ter retorno e não queira capacidade policial para aplicar as regras, é normal; mas que alguém como o Deputado André Ventura ponha o chapéu, enfie o barrete e use o boné...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

... «Faz outra coisa, porque aquilo que eu digo não é para fazer!»... O Dr. André Ventura diz que quer controlar a imigração, mas não quer a polícia com poderes; quer mandar embora ilegais, mas não deixa que o retorno funcione.

Já nós, repomos controlo em Portugal, acabamos com a porta escancarada das manifestações de interesse.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai ser o SEF outra vez!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O Sr. Deputado não fez nada, apanhou bonés!

Sabemos que há 400 000 pessoas à espera de uma decisão, mas sabemos que o Estado português precisa de saber quem são, o que fazem e onde estão. E, numa capacidade imparável de recuperar atrasos, de resolver o erro histórico que aqueles senhores deixaram,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... estamos a garantir que Portugal sabe quem são, o que fazem e onde estão. Investimos 25 milhões de euros no controlo das fronteiras externas e os senhores estiveram quase a querer impedi-lo também.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós? Nós é que impedimos?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Nós fazemos, os senhores falam e, afinal, o controlo da imigração não é convosco.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, dispõe de 1 minuto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É menos até, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — É de 1 minuto que dispõe, para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, entendemos que esta linguagem do Sr. Ministro da Presidência, de dizer que o Chega anda a apanhar bonés...

Vozes do PSD e CDS: — Oh...!

Risos do PSD e da IL.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, é uma observação à Mesa, é isso?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, Sr. Presidente.

Uma vez que o Sr. Ministro insiste tanto nisto, quero dar-lhe, a si, a garantia de que vou fazer entregar, no Ministério do Sr. Ministro, um boné do Chega, para ele usar a toda a hora, quando entender, enquanto governante.

Risos e aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Ministro também, mas agradecia que o espírito de lealdade no uso das figuras regimentais fosse cumprido, porque é muito difícil fazer esta gestão. Mas o debate está a correr bem, portanto, vamos continuar assim.

Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está a perder graça!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, por lealdade a todos os Srs. Deputados e sobre a oferta de chapéus e de bonés,...

Protestos de Deputados do PS, do BE e do L.

... de alguém que não queria que se falasse de bonés, é só para dizer, Sr. Presidente: não é não.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Espero sinceramente que não haja uso desta figura para outros efeitos que não sejam aqueles para os quais ela está consagrada regimentalmente.

Para outro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr. Ministro, confesso que sobre bonés não sei muito, portanto vou tentar focar-me naquilo que nos traz aqui hoje, que é o Pacto Europeu para as Migrações e Asilo.

O Pacto Europeu para as Migrações e Asilo defende uma abordagem humanitária, transparente, que valoriza a liberdade de circulação, ao mesmo tempo que promove mecanismos de controlo e partilha justa de responsabilidade entre os Estados-Membros.

Genericamente, concordamos com o pacto e com o plano nacional de implementação que o Governo apresentou. No entanto, consideramos que este plano é, de facto, muito ambicioso e temos alguma apreensão sobre a forma como Portugal vai conseguir implementar e cumprir com as metas todas estabelecidas, porque há aqui uma panóplia de áreas em que o Governo tem de atuar, desde a adaptação da legislação nacional, a

criação de mecanismos de triagem e acolhimento, a integração e apoio no terreno e o próprio reforço de recursos humanos e orçamentais.

Tenho algumas questões, Sr. Ministro, porque a verdade é que o plano contém, de facto, a lógica um pouco abstrata da implementação, mas é muito pouco concreto na forma como o Governo vai implementar aquilo a que se propõe.

Por isso, gostava de que me respondesse às seguintes questões: que ações concretas estão planeadas para garantir o cumprimento dos compromissos europeus, nomeadamente em termos de acolhimento, integração e proteção das fronteiras? De que forma está o Governo, de facto, a preparar a implementação de tudo aquilo que está previsto no pacto europeu? Que programas e políticas específicos estão a ser desenvolvidos para facilitar a integração dos migrantes no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa? Existe alguma política específica para atrair perfis profissionais necessários nos setores onde fazem falta? Estão previstos fundos, europeus ou nacionais, adicionais para apoiar o acolhimento e integração de migrantes? Quais são os mecanismos de financiamento do Governo para garantir que as autarquias e as organizações envolvidas têm, de facto, recursos suficientes? E, porque isto vai custar muito dinheiro, onde é que o Governo vai garantir não só as verbas, mas também os recursos humanos necessários para a implementação de tudo aquilo a que se propõe?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para outro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o primeiro Governo da República portuguesa que polarizou o discurso sobre imigração é o Governo de VV. Ex.^{as}. Decidiu mimetizar o discurso da extrema-direita e por isso é que temos hoje, a partir da bancada do Governo, um discurso polarizador sobre imigração, onde antes havia consenso nacional e elogios das instituições europeias sobre a política migratória.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quem virou essa página foi o Governo de VV. Ex.^{as}, não foi nenhuma bancada que anteriormente tenha influenciado a governação do País.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, os relatórios, já sob a égide do seu mandato, provam que a manifestação de interesse não escancarou as portas.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Aliás, duvido que V. Ex.^a passe a classificar o visto CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que representa o grosso das autorizações de residência, como uma porta escancarada. São 45 %.

Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.

Felizmente, estamos de acordo, o visto CPLP é para aprofundar. Representa o grosso das regularizações, o grosso das autorizações de residência, visto no relatório da AIMA, já quando o Sr. Ministro era Ministro da Presidência.

Em terceiro lugar, quem instrumentaliza os imigrantes e as forças de segurança para fins político-partidários é o partido e o Governo de V. Ex.^a.

Protestos de Deputado do CH.

Era bom que isso parasse...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era bom que isso parasse?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e que retomássemos a normalidade republicana de acolher bem e de não usar as forças de segurança para tentar promover o PSD nas sondagens.

Mais: ontem a Ministra da Administração Interna — era bom que o Sr. Ministro lhe desse ouvidos — pôde confirmar que não se pode fazer nenhuma associação entre imigração e segurança.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem o contrário!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A imigração aumentou e a segurança, de facto, também aumentou, Sr. Ministro. Não temos um aumento significativo, muito pelo contrário, temos uma redução da população reclusa, dos arguidos, portanto era bom que se fizesse política com factos e não com percepções.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Por último, Sr. Ministro, era altura de o Governo da República condenar as intenções do Governo de Trump, de deportar milhares de imigrantes portugueses, e deixo-lhe agora essa oportunidade.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro da Presidência, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, muito obrigado pelas suas questões.

Teremos muitas oportunidades, em audições, de lhe detalhar o conjunto de medidas concretas. Diria que o nosso plano nacional, com as 41 medidas de julho passado, é um bom ponto.

De qualquer forma, este é um plano para dois anos, para executar por um grupo de trabalho liderado pelo Dr. Jamela Paulos, a AIMA e a estrutura de missão, financiado com quatro instrumentos europeus — o FAMI, o mais importante de todos — e executado também com grande apoio na sociedade civil.

Aproveito para lhe falar apenas de um dos mecanismos mais importantes. Sim, nós achamos que a porta escancarada da manifestação de interesse tinha de terminar.

Protestos do PS e do L.

Já agora, lá por as pessoas que usam a manifestação de interesse serem de um país CPLP não faz com que o título de entrada seja o visto CPLP. O título de residência, Sr. Deputado, é o da autorização de residência ao abrigo da manifestação de interesse, e esse é largamente maioritário,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, sim! 11 %!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... o que levou, por uma decisão do Sr. Deputado, a um escancarar de portas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — 11 %!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O que diz outra coisa: o problema da manifestação de interesse não era se as pessoas vinham, é que as pessoas podiam vir ilegais, podiam vir sem registo criminal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e bastava o quê? Bastava o quê? Que pagassem para cá estar legalmente, mesmo que o registo criminal do país de origem não fosse apresentado.

Vozes do PS e do L: — Não é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade, é!

O sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso não é verdade!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Depois, Sr. Deputado, vejam a instrumentalização. Até aqui, ninguém falou de segurança e de crime. Quem é que foi o primeiro Deputado que chegou aqui e falou: «Vejam: crime, imigrantes, crime, imigrantes»? Foi o Bloco de Esquerda!

Aplausos do PSD e de Deputados da IL.

Srs. Deputados, por alguma razão a estátua da justiça tem os olhos tapados. É porque a polícia, a justiça e os tribunais não decidem pela cor da pele, pelo credo religioso ou pela nacionalidade. A raça, a cor da pele, a nacionalidade não são razão nem para perseguir, nem para ser imune à perseguição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A justiça é cega e quem põe os imigrantes no centro e destapa a estátua da justiça são aqueles que lhe baixam a venda e dizem: «Vejam, são imigrantes que ali estão!» e, ao fazerem isso, fazem essa associação, seja porque os querem estigmatizar ou, quem sabe, imunizar ou perseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — São, de um lado e do outro, os que põem a estátua da justiça, a polícia, a olhar para a nacionalidade.

Não é assim que fazemos. Nós tratamos os seres humanos como seres humanos, o crime como crime, a rua perigosa como rua perigosa. Tudo o resto é indigno.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados da IL.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Discurso fraquinho!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos imigrantes estão naquela bancada?

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora ao período das intervenções, mas antes de o fazer vou anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 60 alunos e professores do Agrupamento de Escolas 4 de Outubro, de Loures; um grupo de 52 alunos e professores da Escola Secundária de Seia; um grupo de 120 alunos e professores do Agrupamento de Escolas da Moita; um grupo de 64 alunos e professores da Escola Secundária Jorge Peixinho, do Montijo; um grupo de 50 cidadãos da freguesia de Taíde, do concelho de Póvoa de Lanhoso; e um grupo de autarcas — da junta de freguesia, da assembleia municipal e da câmara municipal — do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Estão todos presentes nas galerias.

Aplausos gerais, com Deputados do CH de pé.

Para a sua intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 4 minutos e 16 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai falar da casa da avó, que não é imigrante!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O BE agora está sempre de luto!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há muitas formas de a extrema-direita chegar ao poder,...

Protestos do CH.

... mas há uma maneira que é certa...

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa. Peço aos serviços para parar o relógio enquanto...

Continuação dos protestos do CH.

Pausa.

Vamos continuar.

Continuação dos protestos do CH.

Não vale a pena. Vamos continuar a ouvir a intervenção.

Sr.^a Deputada, faça favor.

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está amuada!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Amarrou o burro, foi?! Desamarra o burro!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem razão, quando estiverem reunidas as condições recomeçará.

Pausa.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como eu dizia, há muitas formas de a extrema-direita chegar ao poder, mas há uma maneira que é certa: quando as suas ideias são capazes de manipular e condicionar os partidos do centro e da direita tradicional, então a extrema-direita determina a política, mesmo quando está fora dos governos e em minoria nos parlamentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o Bloco que está em minoria!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se nós estamos em minoria, vocês então!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nesse momento, as coordenadas da política mudam. O que era impensável passa a ser aceitável e o que era aceitável é agora visto como extremista.

Neste tempo em que os astros morais balançam em confusão, tudo é possível e a política é sinistra.

Vozes do CH: — Sinistra é a esquerda!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, do principal partido dos Verdes Europeus, defende a legitimidade do bombardeamento de civis em escolas e hospitais em Gaza.

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O homem que integrou e levou os liberais holandeses a um Governo chefiado pela extrema-direita, próxima de Putin, é o novo chefe da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), que exige que os Estados cortem no orçamento para a saúde para comprar bombas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira! Mentira!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Primeiro-Ministro trabalhista inglês pede conselhos à líder italiana da extrema-direita, Meloni, para combater a imigração.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Chama-se democracia!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ursula von der Leyen elogia os campos de migrantes exteriores à União Europeia, de Meloni, e, depois, é eleita Presidente da Comissão Europeia, num acordo de lugares com socialistas, verdes, liberais, direita e extrema-direita.

É só neste carrossel de degradação moral de uns e desorientação total de outros que podemos entender a novilíngua do pacto em matéria de migração e asilo, aprovado com os votos do PS, do PSD e dos liberais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Têm votos e é para isso que lá estão!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — «Diminuir deportações» é massificar deportações. Não somos nós que o dizemos, é a conclusão da investigação da Provedora de Justiça Europeia às consequências dos mecanismos aprovados. «Dividir responsabilidades entre Estados-Membros» quer dizer pagar para não receber refugiados. É um comércio de horror em que cada vida não vale nada, apenas alguns milhares de euros.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não são obrigados a recebê-los!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — «Proteger famílias e crianças» é, de facto, autorização para separar famílias, manter crianças em prisões com o nome de «campo de detenção» e deportá-las — é a UNICEF (*United Nations Children's Fund*) que o diz. «Cooperar com países terceiros» é financiar máfias e senhores da guerra,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o contrário!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... em países onde os direitos humanos são uma miragem. É no Sudão que estas pessoas vão estar seguras? É nas mãos da guarda costeira líbia, acusada de tráfico humano e de tortura? Estas redes de tráfico humano não preocupam os Srs. Deputados?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Preocupam, preocupam! Mas vocês promovem-nas!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mentiras e crimes disfarçados de humanismo e de sensatez: negar asilo, financiar redes criminosas, desproteger mais as crianças.

Jornalistas de investigação reportaram a recolha abusiva de dados para perseguir imigrantes, imigrantes levados para morrer no deserto, sujeitos a trabalhos forçados e a escravatura, horrores indizíveis, tudo patrocinado com o dinheiro europeu.

E para quê? Para impedir a entrada de imigrantes? Não, porque eles entram na mesma. É para impedir a regularização de imigrantes: imigrantes sem papéis, sujeitos a práticas laborais selvagens, sem hipótese de integração, são a mina de ouro da economia europeia — agricultura, pescas, turismo, indústria, construção.

Canais seguros de entrada, Sr.^{as} e Srs. Deputados, regularização, reagrupamento de famílias são o único caminho da decência. Bem sei que não é popular, num tempo em que líderes políticos fantasiam com imigrantes que se alimentam de animais domésticos,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É, é...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... mas é aqui que reside a decência. A política da mentira e do ódio só tem um destino: desorienta a bússola, aponta aos outros, mas no fim destrói-nos a todos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista, que dispõe de 13 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não têm mais ninguém?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: Há instantes, o Sr. Ministro dava nota da obrigatoriedade de prestarmos atenção a este debate. E há um aspeto, que referiu de seguida, com o qual concordo, que é o de que não é necessária polarização neste debate — antes pelo contrário, é o que mata este debate à nascença —, mas, infelizmente, o Sr. Ministro faltou à chamada do desafio que lançou à Câmara, porque o Sr. Ministro deveria ter sido o primeiro a recusar a polarização neste debate e a tentar identificar, dentre os partidos representados na Câmara, onde é que estão aqueles que, efetivamente, partilham de objetivos, de valores e de prioridades no que diz respeito ao bom acolhimento dos migrantes nos nossos espaços, nas nossas comunidades e na nossa sociedade.

Quando o Sr. Ministro equivale quem usa o ódio, quem tenta anatemizar o outro, o estrangeiro, aquele que é diferente, e os coloca no mesmo plano daqueles que apenas têm posições políticas e políticas públicas diferentes das suas, respeito as suas, mas exijo-lhe — e uso mesmo esta palavra — que respeite as nossas também. Exijo que respeite quem tem políticas públicas que, de facto, quer acolher migrantes e que não seja colocado ou pintado pela repetição exaustiva, um pouco infantil, da palavra «extremista», «extremista», «extremista», como se dizê-lo várias vezes concretizasse o sonho de ver o PSD sentado no centro, como o único partido capaz de traduzir moderação. Não o é. E não o é porque não basta dizer várias vezes e repetir, «sou moderado, sou moderado, sou moderado», para se tornar, por artes mágicas, moderado.

Aplausos do PS.

O discurso de «portas escancaradas», para além de caricatural, é inexato. É inexato e, infelizmente, contamina, depois, o debate público.

Tivemos hoje conhecimento de um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre as perceções dos portugueses.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olha...!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só faltava mais esta!...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E é um estudo muito útil e muito importante, um estudo que, na minha opinião — enfim, acho que o próprio estudo o revela —, mostra que esse discurso assenta muito mais em perceções do que em factos. Muitos dos nossos concidadãos, de facto, alimentam-se de perceções que são alimentadas pelos próprios decisores políticos quando usam expressões como «portas escancaradas». Por exemplo — os dados são deste mesmo estudo que cito —: «40 % dos inquiridos neste estudo acham que mais

de 20 % dos residentes em Portugal, hoje, são migrantes»; «25 % dos inquiridos neste estudo acham que mais de 30 % da população, em Portugal, são migrantes». Estes números são falsos. Ou seja, não é verdade: a percentagem dos migrantes, em Portugal, não tem esta escala. Nem é comparável! E, efetivamente, isto gera o primeiro envenenamento deste debate, que é o debate contaminado pela desinformação, é o debate contaminado pelas perceções, é o debate contaminado pela falta de verdade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o debate contaminado pela esquerda! Contaminado está o PS pelo Bloco de Esquerda!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, falta à verdade, quando acusa os outros de políticas que não defendem ou caricatura realidades que não traduzem, minimamente, as posições dos partidos que, com toda a seriedade, vêm a um debate democrático procurando responder aos desafios e aos problemas que aqui se encontram.

Não quero dar lições de moral ao PSD e ao CDS, mas acho que posso apontar o erro. E acho que posso ter a expectativa de dizer que VV. Ex.^{as} estão perdidos neste debate, mas não estão perdidos para o debate.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Perdido está o PS!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E o que é que fizeram?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Paguem bem aos nossos!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O caminho que têm pela frente é um caminho que é vosso. São livres de abraçar uma via, ou outra. São livres de reconhecer, como nós também reconhecemos, sim, que o aumento da imigração em Portugal foi muito rápido.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obrigado por reconhecê-lo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Quanto a este ponto, não discordamos. É difícil geri-lo, mas ter sido rápido não é uma coisa negativa, Sr.^{as} e Srs. Deputados. É apenas o sinal de que procuramos ter respostas, quer para os migrantes, quer para os portugueses, em matérias como a habitação, o acesso à educação, o acesso à saúde, o acesso aos serviços públicos, à proteção laboral.

Um bengali que resida entre nós tem os mesmos problemas que nós temos no acesso a estes serviços e deve ser objeto da nossa atenção e da nossa preocupação, porque também ele contribui para a nossa segurança social, também ele contribui para o nosso mercado de trabalho, que necessita da sua presença, que necessita do seu suor e do seu esforço, e, muitas vezes, é ele próprio objeto da violência laboral a que está sujeito.

São fundamentais para o mercado de trabalho, o que, aliás, é o que todos os empregadores deste País dizem, com bom-senso e, até, com mais humanismo do que às vezes vemos na instrumentalização deste debate.

Portugal precisa de mais mão de obra qualificada, Portugal precisa mais mão de obra em setores críticos como a construção, como as pescas, como a agricultura, como o cuidado. Todos eles necessitam.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Por isso é que a desconfiança com que encaramos os documentos que o Governo nos apresenta reside, precisamente, neste facto. Porque este mesmo Governo, que tenta apresentar-se como «moderado», palavra que repete à exaustão, é o mesmo Governo que é suportado por um partido que, nesta Câmara, apresentou um projeto de lei em matéria de acesso ao SNS assente em pressupostos falsos e com o intuito de anatemizar aqueles que são migrantes.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira! Isso é mentira!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, mais uma vez, desde a Ordem dos Médicos aos profissionais de saúde, todos colocam questões ao Governo. Aliás, ontem, o Secretário-Geral do Partido Socialista colocou esta pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro e ele não soube responder, porque ficou embaraçado pela pergunta que lhe era colocada,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê?! Teve resposta e foi claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e dizia: «Estas circunstâncias que são descritas não têm cabimento no projeto do PSD.» Ora, têm, efetivamente, e é um exemplo, de muitos, daqueles em que a chamada para este debate tem vindo, sucessivamente, a ser falhada pela maioria.

Outras matérias: a matéria dos atestados de residência. Sabemos que é um problema, pressiona as juntas de freguesia, os nossos autarcas também nos contactam, precisam de regras claras. Agora, os senhores aprovaram uma resolução, uma recomendação que é a pior de todas, é a pior possível, é aquela que não vai ao âmago do problema — que seria arranjar fórmulas claras, seguras, transparentes de fornecer serviços às pessoas —, mas é a forma que anatemiza os imigrantes e os põe de um lado e põe os restantes do outro, contra eles ou, pelo menos, com suspeição e com dúvidas perante eles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o autarca de Santa Maria Maior?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Perante tudo isto, queremos apenas dizer uma coisa neste debate — não é apenas uma, mas queremos dizer uma coisa neste debate —: este partido está disponível para acolher e para construir políticas de migração adequadas para servir, com humanismo, todos estes vários propósitos. E, de facto, aquilo de que ficámos privados foi de ferramentas jurídicas que, funcionassem pior ou melhor, serviam esse propósito. Aquilo que o Governo fez, fechando a manifestação de interesse — de que já demos nota que estamos disponíveis para rever e não necessariamente para repor como estava em vigor —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era só o que faltava!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... ao ter fechado essa porta, de facto, empurrou todas as pessoas para um caminho que não acautela os seus direitos, para um caminho de falta de mecanismos para a regularização.

Aplausos do PS.

Sem um mecanismo destes...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O SEF?

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... ou um seu substituto, não faremos esse caminho que temos de trilhar.

Terminava, com notas adicionais do que nos parece ser prioritário e que deste pacto, bem sei, o Sr. Ministro provavelmente dirá: «Este tem uma finalidade diferente, esta é a nossa implementação nacional do Pacto Europeu de Migração e Asilo, outras questões são resolvidas noutras sedes.» Mas matérias como reagrupamento familiar — que deveria ser absolutamente prioritário na forma de construir agregados familiares, de integrar estes residentes no mercado de trabalho, nas escolas, no tecido da comunidade —, o ensino da língua,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eles não querem aprender!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... a formação profissional, o envolvimento de todos, do patronato e dos sindicatos,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... tudo isto tem de fazer parte de uma estratégia.

O Sr. Ministro dir-me-á: estão consagrados nos nossos programas. Estão e estavam há décadas! Mas depois, no discurso, aquilo que ouvimos como prioridade, como primeira intervenção é: «portas escancaradas», novamente, um argumentário frágil e que não dá as respostas de que precisamos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, e vão ouvir mais!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E, acima de tudo, precisávamos de uma outra coisa, e por isso também, enfim, talvez com ingenuidade, possa achar que pode ainda haver esperança de encontrar esse caminho: tem de haver uma capacidade de resistir e uma capacidade de fazer frente ao discurso de ódio, e não é, seguramente, com falsas equivalências e não percebendo quem são os aliados da democracia neste debate que o atual Governo da República conseguirá levar a bom porto estas políticas.

Aplausos do PS.

Portanto, esperamos poder contar com o PSD e com o CDS e com o Governo da República, mas têm de ser claros na não aceitação da instrumentalização dos imigrantes e da não instrumentalização para criação de perceções erradas. Essa devia ser a missão do Governo; infelizmente, nem sempre tem sido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, o Sr. Deputado disse, e bem, que hoje podemos chegar a este consenso: «a imigração cresceu muito rapidamente em Portugal». São palavras suas. Por isso, aqui chegados, era importante percebermos o que é que o PS fez para conter essa imigração que cresceu muito rapidamente.

Protestos de Deputados do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

Ora, há coisas que nós já sabemos que o PS fez: acabou com o SEF, que era a única polícia...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que controlava fronteiras. Verdade ou mentira? Absoluta verdade. A única polícia que poderia controlar o território, o PS acabou com ela.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixou meio milhão de imigrantes por legalizar e regularizar. Verdade ou mentira?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Absoluta verdade, culpa do Partido Socialista!

Criou um sistema de manifestação de interesse que, basicamente, era o mesmo que dizer lá para fora assim: «Senhoras e senhores, isto é a maior bandalheira do mundo; entra quem quiser, nós pagamos subsídios e continuamos a dar-vos.»

Aplausos do CH.

Vozes do PS: — Demagogia!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esta é a realidade do Partido Socialista.

Portanto, ó Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, eu gostava que depois destes três fatores que aqui referi — acabar com o SEF, deixar meio milhão por legalizar, criar um sistema de manifestação de interesse que, obviamente, gerou uma bandalheira enorme —, nos dissesse o que é que o PS se propõe fazer.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É que vir aqui, hoje, dizer assim: «Meus senhores, escolham: ou a democracia ou o Chega; ou o Chega ou o precipício.» Não! Quem é que gerou a bandalheira em que estamos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado já foi a Vila Nova de Milfontes? O Sr. Deputado já foi a Odemira? Já foi à Mouraria?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não vale a pena...

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Nem sabes onde é a Mouraria!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já foi à Linha de Sintra, ver o que é que ali se passa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vão para lá viver!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está a céu aberto uma bandalheira de imigração...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que os senhores deixaram criar em Portugal.

Aplausos do CH.

Uma bandalheira a céu aberto!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — É a Camorra!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, por isso, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, qual é a solução do Partido Socialista? É mandá-los de volta para a terra deles?

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — É a Camorra!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É deixarem de poder entrar? Ou é continuar a deixar o País como está? Os portugueses estão sem habitação, estão sem acesso à saúde, estão sem acesso aos transportes e os senhores dizem: «Venham mais, venham de qualquer maneira, que nós pagamos com os vossos impostos.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Chega de usarem os nossos impostos para pagarem a imigrantes. Chega!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, tem a palavra para dar esclarecimentos. Tem 2 minutos, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, equivocou-se na interpretação do que eu disse. Não é o Chega ou o precipício; o Chega é o precipício!

Aplausos do PS e do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É o precipício da democracia e o discurso que não deve ter espaço na Câmara. O reconhecimento...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não deve ter espaço? Não deve ter espaço?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não deve ter espaço numa sociedade democrática, sim. O discurso de ódio...

Protestos de Deputados do CH.

O discurso de ódio...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Há eleitores de primeira e eleitores de segunda?!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Assim não nos vamos ouvir uns aos outros. Assim não nos vamos ouvir. Uma vez feito este intervalo, Sr. Deputado...

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Repetia: o discurso de ódio não deve ter espaço nesta Câmara e na democracia.

Aplausos do PS e do L.

O facto de o crescimento da imigração ter sido rápido, e há que reconhecê-lo, não significa que seja indesejado. E quem quer representar o País, os seus empresários, os sindicatos e as comunidades, basta ouvir o que eles dizem. Mesmo aquele estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que há instantes reproduzi, dava nota de que 68 % dos portugueses reconhecem que é necessária a imigração, porque sabem quem são as pessoas que os atendem nos lares e cuidam dos seus idosos,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... sabem quem são os auxiliares nas escolas, sabem quem é que limpa as ruas, sabem quem é que apanha o morango...

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê?! Isso é que é preconceito!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e quem é que apanha as cerejas, sabem quem é que pesca. Ou seja, sabem, efetivamente,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é chocante! Isso é que é respeito pelos imigrantes?

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... Srs. Deputados, sabem, efetivamente,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que é discurso de ódio!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, cada um tem a sua opinião, cada um exprime a sua opinião e cada um tem o momento para poder também fazer intervenções. Não será seguramente assim que a gente compreende qual é a posição de cada um, disso pode ter a certeza. Quem anda aqui a ver bonés agora sou eu e isso não dá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Eu não sei o que é que pode ser chocante, Sr. Deputado João Almeida, ao enunciar profissões desempenhadas com brio e com o seu suor por centenas de milhares de trabalhadores, sejam eles portugueses ou estrangeiros.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Deputado, se calhar, respeite as pessoas que, de facto, conduzem os *ubers*, que são, em grande escala, muitos deles cidadãos estrangeiros. Sim, porque as pessoas que reconhecem o trabalho dos outros,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobranceria! É, é!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... daqueles que lhes prestam serviços, são os primeiros a responder «sim»: 68 % dizem que sim, que o País precisa de imigrantes e o País precisa de os acolher.

Protestos de Deputados do CH.

Digo e volto a dizer, para que não subsistam dúvidas, que do que precisamos não é de um discurso de alarmismo, é de um discurso que resolva problemas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês resolveram?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Infelizmente, o Governo, como disse há instantes, não os está a resolver, a antecipar canais seguros para regularizar as pessoas de que precisamos, pessoas estas — e com isto termino — que pagam impostos...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os portugueses também pagam!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e ajudam — elas, sim, assim como os portugueses — a garantir que os salários e as pensões dos vários portugueses sejam pagos. Os portugueses trabalham, os estrangeiros trabalham, todos pagam impostos, todos merecem a nossa ajuda.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega. Dispõe de 11 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O seu mandato vale tanto quanto um mandato do Chega, portanto, mais respeitinho!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, aguarde um minuto...

Pausa.

Faça favor.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em abril de 2024, o Parlamento Europeu votou a favor das novas regras em matéria de migração, que em maio vieram a ser adotadas pelo Conselho da União Europeia. O objetivo é que a União Europeia tenha fronteiras externas fortes e seguras, que se verifique uma triagem sólida e se previnam abusos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pois é!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Ora, em Portugal, por exemplo, a Lei de Estrangeiros e Fronteiras continua a permitir que um cidadão da CPLP que entra no nosso País com visto de turista, peça, depois,

autorização de residência. Mas, afinal, que triagem é esta? Qualquer um entra com visto de turista, não tem de ter trabalho, não tem de ter meios para se sustentar, não tem de ter nada!

No fundo, o Governo do PS escancarou as portas, o Governo da AD (Aliança Democrática) encostou-as um bocadinho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — É preciso compreender que a política migratória em Portugal não serve os interesses dos portugueses. E, da mesma forma, o Pacto das Migrações também não serve a Europa. Países como Alemanha, Dinamarca, França, Hungria, Países Baixos, Suécia, e por aí adiante, têm reivindicado regras mais duras para a entrada em território nacional, porque têm sido confrontados com problemas de segurança.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

A ministra alemã disse mesmo: «Quem receber a nossa proteção não deve abusar dela, caso contrário terá de abandonar o nosso país.»

Parece uma evidência, mas a esquerda ainda não percebeu que a vida não são fadas e unicórnios, onde todos são bons e vêm por bem.

Aplausos do CH.

Quando chega um imigrante a Portugal ou quando pede a obtenção de um visto, nós não temos de presumir que ele é bom ou que ele é mau. Temos de garantir que não tem antecedentes criminais, que vem para cumprir as regras...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): —... e que não implica qualquer risco para os demais cidadãos nacionais. Se olharmos para o *Relatório de Migrações e Asilo 2023*, os números não deixam de ser curiosos: do Bangladesh, a população residente em Portugal é de 20 395 homens e apenas 5271 mulheres.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!!!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Da Índia, são 33 813 homens e apenas 10 200 mulheres.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Do Paquistão, são 13 266 homens e apenas 3800 mulheres.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!!!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oiçam!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, dá para perceber que os homens vêm em força, mas as mulheres ficam no país de origem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Importa referir que, nestes países, existem problemas sérios de violência contra as mulheres, nomeadamente violência sexual.

Aplausos do CH.

Só para se perceber melhor o pensamento no Bangladesh, vou usar as palavras de uma ativista do país: «Quando uma menina é violada, torna-se impura e tudo aquilo em que toca torna-se impuro também. Estas meninas e mulheres deixam de poder entrar em casa, não podem sentar-se à mesa com a família e comer.»

Portanto, terem sido violadas é irrelevante,...

Protestos da Deputada do PS Elza Pais.

... porque a culpa continua a ser vista como sendo delas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Em 2020, o Bangladesh, depois de um vídeo de uma violação em grupo se ter tornado viral, alterou a pena para este tipo de crimes para pena de morte. Cá em Portugal, possivelmente, sendo uma pessoa sem antecedentes criminais, nem preso vai.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olha, quem é que fez isto? Foram vocês que fizeram isto!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, a potenciais violadores até compensa vir para Portugal.

Aplausos do CH.

No Afeganistão, as mulheres foram proibidas de falar em público e até foram proibidas janelas em casas onde possa haver mulheres, além de que, quando andam em público, têm de estar completamente tapadas. Em suma, no Afeganistão, querem tornar as mulheres invisíveis.

No Iraque, pretende-se baixar a idade do consentimento para casar para os nove anos! Nove anos, Srs. Deputados!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Vocês querem apoiar essas mulheres?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — No Reino Unido, gangues de paquistaneses, durante anos, andaram a violar meninas com a proteção do Governo, mais de 1400 foram violadas. E são estas pessoas, com este pensamento, com esta cultura, que VV. Ex.^{as} querem trazer para Portugal e para a Europa.

Aplausos do CH.

Há aqui partidos que acham que estas pessoas são de uma maneira e depois chegam à Europa e transformam-se, quando bem sabemos que o problema é sistémico e não se altera um comportamento com a mudança da sua localização.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Sr.^a Deputada mudou!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Machista!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Amanhã está na tourada!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — E apenas para terminar, relativamente à Unidade Especial de Polícia, queria só deixar uma nota ao Sr. Ministro.

O Governo e os partidos que o suportam é que têm de garantir a maioria necessária para aprovar as suas propostas. Essa não é uma responsabilidade dos partidos da oposição, sobretudo quando dizem que «não é não». E o Governo tem reiteradamente mostrado que não tem condições para atingir consensos. Assim, age como se tivesse maioria absoluta, apesar de ter uma maioria muito, muito pequenina.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A mais curta de sempre!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — E essa foi a vontade dos portugueses.

Aplausos do CH, de pé.

Neste momento, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Quero também cumprimentar os Srs. Membros do Governo.

A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento, que será feito pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, disse no fim e falou da questão sobre a qual a quero questionar.

Claro que cabe ao Governo conseguir reunir a maioria para aprovar as propostas que aqui apresenta. Mas, como muitas vezes diz a Sr.^a Deputada e os Srs. Deputados do Chega, nós temos de olhar também lá para fora e ver o que as pessoas pensam.

Há uma maioria que nós não temos dúvida nenhuma que está do nosso lado, é a maioria que está revoltada com o facto de o SEF ter sido extinto pelo Partido Socialista e de, até ao momento, o País não ter uma polícia que substitua o SEF...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... num controlo efetivo das fronteiras e da permanência ilegal em território nacional.

Nós, entre políticos, podemos ter muitas dúvidas, mas as pessoas olham lá de fora e dizem que nós discordamos e, muitas vezes, não percebem porque é que discordamos e não percebem porque é que as coisas não acontecem. Não há um português que perceba, neste momento, que, havendo uma vontade maioritária na sociedade e havendo um discurso maioritário neste Parlamento para que volte a haver uma polícia em Portugal que fiscalize estrangeiros e fronteiras, essa polícia não seja aprovada.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E qual é a consequência de essa polícia não ser aprovada? É que nós, neste momento, não temos um dispositivo territorial de estrangeiros e fronteiras, porque só o poderemos ter se tivermos uma unidade própria na PSP (Polícia de Segurança Pública); nós, neste momento, não temos formação especializada sobre controlo de permanência em território nacional, porque para isso precisamos de ter uma unidade dedicada na Polícia de Segurança Pública; nós, neste momento, não temos competências especializadas do dispositivo territorial pela mesma razão; e nós, neste momento, não temos articulação com a Frontex que nos permita manter aquilo que era, por parte do SEF, uma credibilidade muito grande dentro da estrutura europeia que controla estrangeiros e fronteiras — aliás, temos uma unidade de formação em Portugal que está em risco por causa disso.

Portanto, partidárite à parte, a pergunta é muito clara: faz ou não faz falta em Portugal uma polícia que controle estrangeiros e fronteiras?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, que dispõe de 1 minuto e 42 segundos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, o Chega desde o início que esteve contra a extinção do SEF e, portanto, temos aqui um problema que foi criado pelo Partido Socialista,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é passado!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... um problema cuja resolução tem de ser agora assegurada pelo Partido Social Democrata ou pela AD.

Aliás, quando o Chega propôs reverter a extinção do SEF,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pois, vocês é que votaram contra!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... que me recorde, o PSD não nos acompanhou, e a situação teria sido resolvida.

Aplausos do CH.

Se a AD foi capaz de se organizar com o PS para viabilizar o Orçamento do Estado, certamente consegue organizar-se com o PS para resolver o problema da polícia.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção será do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos e 12 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Ministro, pelos vistos, acha bem que sejam extorquidos a um cidadão 400 € para poder ser atendido presencialmente pela Administração Pública. E, se acha bem para os cidadãos imigrantes, também achará bem para os cidadãos nacionais. Portanto, qualquer dia, se o Sr. Ministro precisar de tratar de um qualquer assunto numa repartição de finanças, na Loja do Cidadão, achará bem pagar 400 €, não para que seja deferido o seu eventual requerimento, mas para que seja marcado o seu atendimento. O Sr. Ministro acha bem, pelo que ficamos conversados relativamente a isso.

O Sr. Ministro falou aqui em resolver problemas e a questão que devemos colocar é: que problemas é que o Governo tem resolvido? O Governo veio com o discurso de que a existência de manifestação de interesse era uma política de portas escancaradas e desfez esse mecanismo legal.

Agora, o Governo criou a Unidade de Missão, que lá vai resolvendo alguns processos e que vai continuando a deixar muitos milhares por resolver, e a questão que se coloca é: o que é que vai acontecer aos cidadãos que entraram legalmente em Portugal? É que nem todos os cidadãos que estão em situação irregular entraram ilegalmente em Portugal, houve muitos que entraram legalmente. O que é que vai fazer a esses cidadãos que estejam em Portugal a trabalhar, a fazer os seus descontos e que não tenham condições, face ao regime legal atual, de ver a sua situação regularizada? O Sr. Ministro defende a existência de deportações à Donald Trump? Era importante que soubéssemos o que é que o Governo pretende fazer.

O Sr. Ministro falou em condições de integração e pergunta-se: o que é que o Governo já fez para que haja uma correta fiscalização dos locais de trabalho para detetar situações de mão-de-obra ilegal? Será que a Autoridade para as Condições do Trabalho está em condições de fazer essa fiscalização e de permitir, efetivamente, sancionar as entidades patronais que exploram a ilegalidade de muitos cidadãos imigrantes? Era importante que o Governo nos dissesse também o que é que está a fazer, porque, aparentemente, não está a fazer nada!

Sr. Ministro, sobre redes de imigração ilegal, creio que não haverá aqui ninguém, pelo menos da nossa parte, que não há ache que as redes de imigração ilegal devem ser firme e persistentemente combatidas, detetadas,

responsabilizadas e punidos os seus responsáveis. Quanto a isso, não há a mínima dúvida! A Polícia Judiciária deve cumprir a sua missão, deve ter meios para cumprir a sua missão de deteção dessas situações de tráfico de seres humanos. Mas não se confunda o criminoso com a vítima e os cidadãos que sejam vítimas dessas redes de seres humanos devem ser tratados com aquilo que exige o respeito pela dignidade da pessoa humana, porque quando falamos de imigração também é disso que estamos a falar.

Nós defendemos que haja uma imigração regulada, assente em mecanismos legais e transparentes que permitam, efetivamente, a regularização das pessoas que, à face da lei portuguesa, devam ser regularizadas. Isso, para nós, não nos oferece qualquer dúvida.

O que é, de facto, mau para a sociedade portuguesa é a imigração ilegal e a imigração que permaneça ilegalmente em Portugal e que, com isso, fica numa situação de fragilidade, que prejudica, em primeiro lugar, os próprios, e que é má para o conjunto da sociedade portuguesa, porque cria distorções no mercado laboral e propicia violações flagrantes de direitos humanos fundamentais desses cidadãos.

Ora, quanto a isso, nós não vemos o Governo a fazer nada, efetivamente, de construtivo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a o Sr. Ministro da Presidência, que dispõe de 4 minutos e 10 segundos.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso esta figura regimental porque o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves não colocou qualquer questão no período devido, mas interpelou o Governo e eu, com muito gosto, debato consigo.

Perguntou o Sr. Deputado: o que é que fazemos para resolver os problemas? Eu creio que o Sr. Deputado sabe que — como, aliás, reconheceu o seu Secretário-Geral quando escreveu um *tweet* a dizer «há graves problemas de segurança» —, ao perguntar o que é que fazemos para resolver os problemas, fez uma confissão e um reconhecimento — e eu sei que o Sr. Deputado, que é intelectualmente honesto, o faz — de que havia, e há, problemas sérios que precisam de ser resolvidos.

Eu não venho fazer aqui equivalências nenhuma, nem fiz nenhuma equivalência, mas queria perguntar-lhe, Sr. Deputado: de onde é que nasce o discurso de ódio? Ou de onde vem o oxigénio em que ele arde? Ou o terreno fértil onde ele grassa?

Eu explico-lhe, Sr. Deputado, qual é que é a minha visão: o discurso de ódio cresce onde há desordem, onde há ressentimento das pessoas, porque foram deixadas para trás, porque as pessoas se sentem invisíveis às mãos e aos olhos do poder público e dos seus representantes. E, Sr. Deputado, foi exatamente essa a herança do Governo que o Sr. Deputado apoiou.

Aplausos do PSD.

Podem descer ruas, e eu respeito genuinamente a boa intenção que têm, mas todas essas pessoas que os Srs. Deputados chamaram estão há anos sem papéis. E foram mais de 400 000 aquelas a quem prometeram um país que os recebia, mas deixaram-nos à espera, ao frio, sem papéis para se regularizarem quando procuravam um contrato de trabalho ou de casa, para poderem sair e visitar as famílias e circularem no espaço Schengen. Também podemos falar daqueles 270, que estão ainda hoje à espera, nos campos de refugiados da Turquia e do Egito, aos quais os senhores prometeram que vinham para Portugal e que desesperam, porque o vosso Governo não pagou a dívida à organização internacional que fazia a reinstalação. Isto é transformar as pessoas em invisíveis e fazer crescer o ressentimento!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quando os senhores, num Governo, destroem sem sucessão a entidade que controla as fronteiras externas e que fiscaliza o território nacional, o que estão a fazer é a tratar os portugueses e os estrangeiros que aqui vivem, que veem crimes ou que recebem, como pessoas invisíveis e desesperadas, porque acham que o Estado

destruiu a polícia que controlava e não veem o que é que o Estado, que foi criado em primeiro lugar para criar segurança, está ali para fazer.

Quando os senhores assumiram um compromisso europeu e escreveram num papel no Conselho de Ministros dizendo que se ia criar um sistema de controlo de fronteiras externas e deixaram-no sem execução — e nós, num tempo recorde, levámos Portugal do pior classificado para o primeiro país mais preparado para ter esse sistema de controlo de fronteiras externas —, o que é que fizeram? Deixaram as pessoas invisíveis, deixaram os portugueses e os estrangeiros preocupados.

Por isso, Sr. Deputado, eu não duvido da sua boa intenção, duvido é da capacidade e tenho a certeza que o resultado que deixaram fez crescer o ressentimento e é o oxigénio e o terreno fértil onde esse ódio, injusta e incorreta e imoralmente grassa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Ministro tem um pedido de esclarecimento por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, para esse efeito, até 2 minutos, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A pergunta era outra, mas o Sr. Ministro dá nota de uma matéria que me parece profundamente ser um «tiro ao lado»: o oxigénio para o discurso de ódio não é desinformação; desinformação é o oxigénio para o populismo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olha que distinção!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E aproveitar o ressentimento das pessoas seguramente alimenta populismo.

Mas aquilo que o Sr. Ministro parece continuar a não perceber é que o discurso de ódio surge em culpar alguém por esse ressentimento, mas não são os migrantes que são responsáveis por eventuais falhanços de 20, 10, 15, 30, 8 anos de governação, mesmo que seja a nossa. E é esse o ponto.

Este partido assume as coisas que correram bem e as coisas que correram mal, mas isso não legitima ninguém a acusar os migrantes de serem responsáveis por esses problemas, e é isso que alimenta o discurso de ódio.

É precisamente esse o ponto e essa distinção fina que era fundamental que o Governo fizesse.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro para responder, informo que o Grupo Parlamentar do PSD cedeu 2 minutos, pelo que o Sr. Ministro dispõe de 2 minutos e 15 segundos.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu, de facto, acho que o Sr. Deputado se equivocou.

Nós, desta bancada, não responsabilizámos, não responsabilizamos, não vamos responsabilizar os portugueses pelos falhanços do Estado e não responsabilizamos os imigrantes ou a imigração pelo crime. Nós responsabilizamos o descontrolo, a integração que não funciona, o facto de as associações de apoio aos imigrantes terem dinheiro, mas o Estado não pagava e tinham as suas operações em risco. Os tais 400 000 à espera ou os 270 refugiados, todos esses têm um responsável e esse responsável não são os próprios imigrantes, foi o Governo a que o senhor pertenceu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas sobre a associação da responsabilidade, eu pergunto-me o que é que está a fazer um responsável político no dia em que a Polícia de Segurança Pública diz: nós fiscalizámos em Lisboa, como fiscalizámos no

Porto, como fiscalizámos há uns meses e há uns anos no mesmo sítio e em outros sítios e da mesma maneira, fiscalizámos por causa do crime, por causa do histórico, por causa dos comportamentos e das armas.

Mas aparece um responsável...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Irresponsável!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... político a dizer: alto lá, não é pelo crime, é porque são imigrantes.

Quem é que está a fazer a responsabilização? Eu acho que são os senhores. E são os senhores que estão a fazer essa associação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Voltando às intervenções dos grupos parlamentares, a próxima será do Grupo Parlamentar do PSD, que tem ainda até 11 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gonçalves.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está na hora de recentrar este debate no Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo, que tão afastado tem estado deste Hemiciclo.

A Comissão Europeia apresentou um novo pacto em matéria de migração e asilo em setembro de 2020, com o intuito de encontrar soluções sustentáveis e eficazes, de longo prazo, para gerir os fenómenos migratórios.

No âmbito de uma abordagem global que permita gerir a migração de forma eficaz e equitativa, este pacto tem como um dos objetivos principais criar um quadro comum que permita conciliar, harmonizar e fomentar a responsabilidade e solidariedade entre os Estados-Membros.

Após ter sido alcançado o acordo político, em dezembro de 2023, o pacto foi adotado pelo Parlamento Europeu, a 10 de abril de 2024, e pelo Conselho Europeu, a 14 de maio do mesmo ano. Os instrumentos jurídicos entrarão em aplicação em junho de 2026, daí a premência deste debate.

Neste âmbito, foi apresentado aos Estados-Membros o plano de execução comum, que é utilizado como base para a preparação dos planos nacionais de implementação do pacto. O plano de execução comum do pacto em matéria de migração e asilo define os objetivos e capacidades que todos os Estados-Membros têm de desenvolver a nível jurídico e operacional, por forma a aplicar eficazmente, na sua plenitude, as novas medidas aprovadas até 2026.

A execução desta reforma, que altera o atual paradigma da gestão das migrações, impõe sobre os Estados-Membros a necessidade de criar quadros jurídicos específicos, bem como o estabelecimento de novos processos administrativos e operacionais na área das migrações.

A reforma estabelece um conjunto de regras que contribuirão para uma gestão ordeira de chegadas, a criação de processamentos eficientes e uniformes e a garantia de uma partilha equitativa dos encargos entre os Estados-Membros.

O pacto em matéria de asilo e migração assegurará um sistema de migração mais justo e mais forte, que fará a verdadeira diferença na operacionalidade do terreno. Estas novas regras tornarão o sistema europeu de asilo mais eficaz e aumentarão a solidariedade entre os Estados-Membros.

A União Europeia prosseguirá também em estreita cooperação com países terceiros para combater as causas profundas de migração irregular. Só em conjunto é que poderemos encontrar respostas para o desafio mundial da migração.

O Governo, no âmbito das suas competências, no dia 3 de junho de 2024, aprovou, em Conselho de Ministros, o Plano de Ação para as Migrações, sendo que uma das medidas aí plasmadas prevê o desenvolvimento e execução do plano nacional, que visa a implementação do pacto para as migrações, adaptando o quadro jurídico nacional às medidas europeias.

Nesta sequência, e considerando a complexidade das matérias em causa, o Governo criou, através do Despacho n.º 11856-A/2024, de 7 de outubro, um grupo de trabalho com a missão de preparar, coordenar e assegurar a execução do Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo, que hoje aqui discutimos, ou pelo menos devíamos discutir.

A revisão total do sistema de asilo e migração da União Europeia obriga à adoção de um total de 10 atos legislativos — nove regulamentos e uma diretiva — que reformam todo o quadro europeu para a gestão de asilo e migração. Este plano, cuja primeira versão foi entregue em Bruxelas em dezembro do ano transato, contempla um conjunto de medidas com vista a regular a migração, promover a integração dos cidadãos estrangeiros em Portugal e assegurar a operacionalidade do sistema de controlos de fronteiras.

Desde logo: a aplicação de um sistema comum de informação sobre a migração e asilo, obrigando à aquisição de novos equipamentos que permitam a recolha de todos os dados biométricos e documentos obrigatórios; a implementação de um novo sistema de gestão de fluxos migratórios nas fronteiras externas da União Europeia, o que implica um caráter inovador do processo de triagem, a necessária simultaneidade da decisão de retorno aquando da emissão da decisão negativa de pedidos de asilo na fronteira; o cumprimento de prazos e impostos para a finalização dos procedimentos em fronteira, incluindo eventuais decisões judiciais e a construção atempada dos novos centros de instalação temporária e requalificação dos estabelecimentos equiparados, tantas vezes anunciados pelo anterior Governo e nunca concretizados.

Neste contexto, o novo processo de triagem dos migrantes e os procedimentos de fronteira em matéria de asilo e retorno devem decorrer como se de um único processo tratasse. Os principais desafios assentam, assim, na criação de um sistema único de acolhimento, por forma a garantir uma maior eficiência, previsibilidade e controlo, por parte das autoridades competentes, do número de vagas efetivamente disponíveis, repensando o acolhimento em termos gerais e, em especial, no acesso à saúde, à educação, ao acesso ao mercado de trabalho, à aprendizagem do português como língua não materna, entre outras.

Para que os procedimentos de asilo sejam mais justos, eficazes e convergentes, é necessária uma revisão do quadro jurídico de implementação de um sistema de gestão integrada de casos, para registo e troca de informações em todas as fases do processo de proteção internacional.

Também no domínio do retorno, os procedimentos do regresso exigem-se eficazes e justos, constituindo um desafio a adaptação aos prazos de instalação, às tipologias e efeitos do recurso judicial e respetivas instâncias, bem como à aplicação de medidas alternativas à detenção.

Um sistema que se quer justo e eficiente tem de garantir o funcionamento das novas regras de comprometimento, bem como a assunção de responsabilidades por parte dos países da União Europeia.

O pacto consagra um mecanismo de solidariedade permanente que visa apoiar os Estados-Membros sob pressão, garantindo a existência de capacidade de acolhimento e a tramitação do processo de recolocação, bem como a imposição do reforço de resiliência perante situações de crise e a preparação para possíveis cenários de pressão migratória.

Consagra, ainda, a exigência de um mecanismo de monitorização independente que salvaguarde a dignidade humana e a garantia de direitos fundamentais dos nacionais de países terceiros, submetidos a triagem e a procedimentos de fronteira, pugnando, assim, pelo desenvolvimento de medidas eficazes alternativas à detenção e à existência de capacidade de resposta do acolhimento em situação de vulnerabilidade, em particular os menores não acompanhados.

Portugal assegura, aos nacionais dos países terceiros que preencham as condições de entrada na União Europeia e aos que preencham as condições de proteção internacional, o acesso ao mercado de trabalho, à habitação, à saúde, à assistência social e à educação.

Na verdade, o pacto sobre a migração e o asilo é uma resposta europeia comum à migração, permite aos Estados-Membros gerir a migração de forma justa e sustentável, assegurando a solidariedade entre países, proporcionando, simultaneamente, segurança e clareza às pessoas que chegam à União Europeia e, concomitantemente, proteger os seus direitos fundamentais.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, após ter herdado o caos nesta matéria, o Governo está a organizar e a dar uma resposta cabal, necessária e eficaz, uma resposta que este plano de ação desenvolve com sensibilidade, serenidade e moderação.

Aliás, podemos afirmar que a perspetiva com que se iniciou o novo modelo institucional da política migratória, consubstanciado nos quatro eixos-chave delineados por este Governo — reorganização institucional, migração regulada, integração humanista e atração de talento estrangeiro —, está de acordo com os princípios definidos pelo Pacto Europeu para as Migrações e Asilo e materializados com o plano nacional de implementação que ora se discute: a sua dimensão externa; a execução da legislação da União Europeia adotada e a aplicação da legislação em vigor; a prevenção e o combate à migração irregular, nomeadamente através de novas formas

em conformidade com o direito da União Europeia e o direito internacional; os esforços urgentes para facilitar, aumentar e acelerar os regressos aos países de origem de forma segura; a luta contra a instrumentalização da migração, o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes; e a promoção de vias legais seguras, em consonância com as competências nacionais.

A regulação com o humanismo das migrações fará com que, em vez de falarmos de números alarmantes — recorde-se, 410 000 pessoas e filas e filas intermináveis a aguardar por um visto ou uma autorização de residência —,...

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — ... em vez de falarmos de tendas espalhadas pelas cidades, falemos do que verdadeiramente importa: de pessoas! De pessoas integradas, bem integradas nas sociedades que os acolhem, não guetizadas, multiculturais, podendo proclamar «eu confraternizo, logo existo, eu sou legal neste País».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuando com as intervenções dos grupos parlamentares, é a vez da Iniciativa Liberal, que tem até 5 minutos e 23 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado. Nós, como já foi dito, concordamos genericamente com o pacto, porque é preciso garantir dignidade a quem procura uma vida melhor, mas também é preciso regras, nacionais e europeias, que sejam cumpridas.

Eu até ouvi, da intervenção do Bloco de Esquerda — que, já agora, falou sobre uns 10 países, mas não falou sobre Portugal —, que a extrema-direita cresce quando o centro, basicamente, começa a falar desses problemas. É exatamente o contrário, a extrema-direita cresce quando a extrema-esquerda e a esquerda se afastam desse equilíbrio e deixam o País no caos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ouvi o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves falar em moderação e gostava de saber onde é que estava essa moderação quando se extinguiu o SEF; onde é que estava essa moderação quando se criou a figura da manifestação de interesse que incentivava a imigração ilegal;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... onde é que estava essa moderação quando se permitiu autorizações de residência com promessas de contratos de trabalhos falsos; onde é que estava essa moderação quando uma regra europeia — a prova dos meios de subsistência — foi substituída por termos de responsabilidade que, como nós sabemos, ninguém verificava;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato! Claro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... e onde é que estava essa moderação quando os sistemas europeus de controlo de fronteiras estavam completamente atrasados na sua implementação.

Lembro-me que reunimos em maio com o Governo, e esse era um caso muito preocupante, com alertas da União Europeia. Por isso, gostava de saber para quando está prevista a sua implementação.

Já agora, porque há pouco acho que não ficou claro, quero perguntar o seguinte: qual é que tem sido a consequência do facto de, devido ao PS e ao Chega, não termos uma polícia de segurança, uma polícia de controlo de estrangeiros e fronteiras?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deviam ter vergonha de falar sobre isso!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ó Sr. Deputado, rejeitou! É o que é! A gravata rosa assenta-lhe cada vez melhor.

Risos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês não contam para nada!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A gravata rosa assenta-lhe cada vez melhor.

Protestos de Deputados do CH.

Sr. Ministro, queria ainda perguntar-lhe em relação aos dados. Nós ouvimos o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves dizer também que é preciso dados, e não sensações, para fazer políticas públicas e para o debate público, e eu estou de acordo.

Por isso, gostava de saber se o PS está disponível para aprovar iniciativas que aumentem a quantidade de dados que há nas estatísticas, quer de imigração, quer de segurança, quer de justiça. Nós estamos disponíveis, porque esta luta à desinformação de que toda a gente fala só se combate com informação.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por último, e para não ser só uma intervenção elogiosa, quero questionar o Sr. Ministro ainda em relação ao pacto, porque há pouco não fiquei com totais certezas da sua resposta.

Efetivamente, há muitas coisas que vão precisar de mais recursos humanos, são exigências do pacto. Nós temos um problema em relação à parte administrativa, como sabemos, e, por isso, pergunto como é que isso vai ser resolvido.

Deixo uma nota final para este debate: fico contente que algumas iniciativas que nós propusemos naquela reunião, em maio, tenham sido acolhidas e implementadas pelo Governo. Nós iremos continuar a apresentar soluções. Há quem prefira discussões e gritos, nós continuaremos a apresentar soluções aos portugueses.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem até 2 minutos e 29 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gilberto Anjos.

O Sr. **Gilberto Anjos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate sobre o Pacto Europeu para as Migrações e Asilo desafia-nos a refletir sobre o caminho que queremos traçar com o nosso País.

Portugal tem sido, historicamente, uma terra de acolhimento, reconhecendo o contributo indispensável dos migrantes para o nosso progresso social, económico e demográfico.

No entanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamos de ser claros, não podemos cair na armadilha de políticas restritivas que empurram as pessoas para a ilegalidade e para a precariedade, temos de olhar para os factos. Estamos constantemente, neste debate, a falar em perceções e em factos e os factos são claros: 66 % dos empresários portugueses enfrentam escassez de mão-de-obra.

Os factos são claros e o próprio PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) pode estar em causa por causa da mesma mão-de-obra.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Aliás, a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas alerta para a carência estrutural de mão-de-obra.

Outro facto é que as contribuições para a Segurança Social têm um saldo positivo de 2,2 mil milhões de euros líquidos proveniente dos imigrantes, já contabilizados os descontos e aquilo que é pago como pensões aos mesmos.

O Governo e o Parlamento têm a responsabilidade de criar condições que promovam a integração, a legalização e os direitos dos migrantes, sem os quais comprometemos a coesão social e o nosso próprio desenvolvimento económico.

O Pacto Europeu para as Migrações e Asilo sublinha a necessidade de medidas coordenadas e coerentes a nível internacional, mas não podemos ignorar que as decisões nacionais têm impactos diretos no dia a dia de milhares de pessoas. E existe, desde logo, um mau exemplo por parte do Governo no que diz respeito ao NISS (número de identificação de Segurança Social) na hora, que deixou de estar acessível. Por isso, estamos a dificultar a vida de quem já está entre nós, contribuindo para a economia e, em última instância, estamos a fomentar ainda a clandestinidade.

Ora, essa clandestinidade não serve a ninguém: não serve aos migrantes, que ficam expostos à exploração e ao trabalho sem direitos; não serve às empresas que cumprem, até porque essas acabam por ficar prejudicadas pela concorrência desleal; e também não serve para a sustentabilidade da nossa Segurança Social, que tanto precisa dos contributos dos imigrantes.

A boa regulação da migração, com caminhos claros e céleres para a legalização, é essencial. Setores como a agricultura, a construção civil, o turismo ou a saúde dependem da mão-de-obra dos migrantes.

Por isso, Sr. Presidente, apelamos à ação: avancemos com políticas que permitam a legalização e que garantam os direitos dos migrantes, e assim vamos cumprir que os nossos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado André Ventura está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, desejo fazer uma interpelação à Mesa, por favor.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pode fazer, tem até 1 minuto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para solicitar uma distribuição e uma correção.

A distribuição é em relação ao que disse o Sr. Deputado Bernardo Blanco, que o Chega teria, ao lado do Partido Socialista, impedido a criação da unidade de polícia. Eu gostava de distribuir por todos a indicação do voto da Iniciativa Liberal nesse sentido, que foi exatamente igual ao voto do Chega, uma abstenção.

Aplausos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É verdade, é!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, entendam-se ao menos como partido!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É para mim, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é que diz assim: «votos a favor — PSD», «abstenção — Chega, Iniciativa Liberal».

Ao menos, tenham vergonha.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não há necessidade de distribuição,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu também achava! É uma vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há necessidade, há!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... é uma informação que está no *site* da Assembleia da República e que é pública.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O Sr. Presidente tem de ser isento!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu mostro-vos a especialidade!

Protestos do CH e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que tem até 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Em relação a este desafio que hoje nos traz com o pacto e plano para as migrações — estas são, de facto, um desafio crescente em Portugal e na Europa —, mais do que andar a «apanhar bonés», aquilo para que o desafio, e tenho a certeza de que irá aceitar, é para vestir a camisola dos direitos humanos, porque este é um debate muito sério, que também vai bater à porta de Portugal, um dos países que mais vai ser afetado pelas alterações climáticas.

Mas há um aspeto, uma dimensão da qual este debate, infelizmente, ficou à margem, e sobre a qual teria sido importante hoje termos ouvido o Governo, que se prende com o que é que efetivamente vai ser feito, para além do grupo de trabalho que vai acompanhar e executar este plano, porque, até lá, precisamos de garantir que temos uma verdadeira integração de quem procura o nosso País.

E aqui não falamos apenas das pessoas maiores de idade, falamos também, em particular, de crianças e jovens não acompanhados, e precisamos de garantir que medidas como, por exemplo, a automatização de detenções ou o tratamento sumário dos pedidos de asilo que venham a ser despachados não fiquem perdidos na malha da burocracia para, de facto, não nos afastarmos da componente e da dimensão humana que estas matérias devem trazer para cima da mesa.

Por isso, Sr. Ministro, sei que tem pouco tempo neste debate, mas lamento que estes temas não tenham sido densificados, que se tenham extremado posições e que se tenha perdido muito tempo em apartes, em tudo menos em soluções para um problema...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção de até 3 minutos e 19 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Srs. Membros do Governo, Caros Concidãos nas galerias: Tem-se falado muito...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, peço desculpa e peço para parar o tempo. Penso que é preciso recuperar 3 segundos.

É só porque não há condições na Sala, porque estão vários Deputados de pé, em movimento. Se nós não nos conseguimos concentrar para o ouvir, também o orador não se consegue concentrar para falar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É como se estivéssemos na missa! É igual!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, dizia eu que se tem falado muito de imigração nos últimos dias, em parte pelas más razões de que, quando não há sucessos para apresentar noutras áreas, o foco passa para a imigração, porque se garante sempre que assim se enchem debates, polémicas e controvérsias.

Mas a imigração é um facto da vida, no tempo histórico e na atualidade. Na verdade, não há nenhum partido em Portugal, neste Parlamento, que seja capaz de dizer que Portugal não precisa de imigração.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS é que disse isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi o PS que disse!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A verdade é que os imigrantes chegam, e são muito mais do que mão-de-obra, como foi aqui dito. Não há ninguém que seja só mão-de-obra, não há ninguém que seja só trabalhador. As pessoas não são eletrodomésticos que se desligam após cumprir com o seu serviço; são, acima de tudo, pessoas, e é importante perceber que, tal como qualquer outra pessoa, não são demónios nem anjos, não fazem tudo bem, não fazem tudo mal.

O debate que é preciso fazer, sendo a imigração um facto da nossa atualidade, em particular neste continente europeu, é sobre o que podemos fazer mal feito ou bem feito. E o tipo de debate que temos feito sobre imigração, envenenado por alguns oportunistas políticos, garante que seja feito mal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a falar dele!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora, do que temos de falar é daquilo que está para lá deste Pacto Europeu de Migrações, do qual somos muito críticos, mas que, como todas as políticas europeias, permitem que os Estados-Membros as complementem com as suas.

O que é que falta aqui? Falta uma discussão sobre a relação com as pessoas imigrantes depois do momento de chegada. A relação com os imigrantes não passa só, nem exclusivamente, e a maior parte do tempo não passa de todo, nem pelas fronteiras, nem pelas polícias.

O que é que falta aqui? Faltam os verdadeiros instrumentos de integração. Oiço muita gente demonizar os imigrantes, dizendo que querem que se integrem, mas oiço pouca gente falar acerca de aulas de português para estrangeiros. Oiço pouca gente falar acerca do acesso das crianças dos migrantes às creches e às escolas. Oiço pouca gente falar de apoiar as autarquias para que haja localizações, edifícios, instituições que sejam ponto de encontro e de conhecimento entre comunidades e com a nossa comunidade toda, que é a de acolhimento, de que os imigrantes fazem parte. Oiço pouca gente falar de capacitação dos serviços públicos em termos de recursos humanos, em termos de capacidade linguística, para poder tratar com os imigrantes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos assessores imigrantes é que tens?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não oiço ninguém falar acerca da necessidade que há de integrar imigrantes também na relação com os serviços públicos portugueses,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em Portugal fala-se muito disso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... acima de tudo, de aumentar os recursos humanos. Se temos cerca de 10 % de população imigrante em Portugal — ainda abaixo da União Europeia —, isso significa que os serviços que lidam com os migrantes têm de ter o número de recursos humanos suficiente para tratar disso tudo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é que é possível tanta asneira?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portugal, em grandes fluxos migratórios, alguns dos quais foram falhados por parceiros nossos europeus, como, por exemplo, no retorno de pessoas das colónias, teve sucesso na integração e na coesão social.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Eu acho que, hoje em dia, quem acha que não conseguimos integrar as populações imigrantes é quem, verdadeiramente, não é patriota e não acredita na capacidade de coesão do nosso País.

Aplausos do L.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é patriota?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Chega, tendo até 1 minuto e 3 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado João Graça.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — A Joacine não tinha capacidade?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a Joacine, não tinha capacidade?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só falam na Joacine!

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Se o Grupo Parlamentar do Chega puder dar condições ao Sr. Deputado do Chega para falar...

Vozes do CH: — Foi o Livre!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Grupo Parlamentar do Livre vai acompanhar o Grupo Parlamentar do Chega, e ambos dão condições ao Sr. Deputado.

Protestos de Deputados do CH e do CDS-PP.

Eu, daqui de cima, vi de onde começou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Viste porque estavas a olhar para aqui! Se estivesses a olhar para ali, vias o Livre!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O Chega vai aprovar a unidade nacional! Vamos a isto!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Lamento o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves ter abandonado a sala, mas vou deixar na mesma o recado. Os algarvios foram os primeiros a mostrar qual o partido que tem e ganha espaço em Portugal, e o dele não é, de certeza absoluta!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal tem estado e deve estar comprometido com as políticas comunitárias, mas nunca deve nem deveria ter prostituído a nacionalidade portuguesa...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... nem escancarado as portas do nosso País.

Hoje, ao *JN (Jornal de Notícias)*, Pedro Góis, Diretor Científico do Observatório das Migrações, um dos autores do Barómetro da Imigração, apresentado recentemente, alerta que «muitos imigrantes terão acesso à cidadania dentro de poucos anos. [...] Temos de começar a pensar seriamente que a integração não acaba ao fim de cinco anos, quando se atribui o passaporte, e é necessário ir muito mais além.»

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o passaporte português ocupa atualmente o 5.º lugar no índice dos passaportes de guia, e à pergunta «em virtude de planos, pactos e medidas, quer sejam comunitárias, quer sejam promovidas pelos partidos de esquerda, o passaporte português deve descer neste *ranking?*», a nossa resposta é «não».

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Andam a vender a nacionalidade!

Vozes do BE: — Quem é que era a favor dos vistos *gold?*!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E ainda é!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Acho que isso é um bocadinho distinto!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vender, vendem vocês!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Fale aí com o seu Presidente

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos, então, continuar com intervenções.

Porque houve uma cedência de tempo de 1 minuto e 30 segundos do Grupo Parlamentar do PSD para o Governo, que tem 1 minuto e 54 segundos, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, volto a usar esta figura para responder a perguntas feitas fora do tempo das perguntas, mas não há problema nenhum.

Começando com a Iniciativa Liberal e com a questão sobre o esforço para a execução do Pacto, essencialmente financiado por fundos europeus, a nossa estimativa, por alto, no sentido do topo do intervalo, é a de que possamos exigir um investimento de cerca de 33 milhões de euros para a execução deste Pacto. Isto inclui também a contratação de recursos humanos.

Perguntou-me sobre o estado do processo do sistema de controlo de fronteiras externas. Portugal está pronto, aguardamos que a Europa — depois de a Alemanha, a França e a Holanda terem, à última, mostrado a sua incapacidade — esteja pronta para que entre em vigor, o que aparentemente será a partir de outubro deste ano.

Agora, o Sr. Deputado iniciou aí a corrida — e não me quero meter nela — para saber quem é que impediu a existência de uma polícia de estrangeiros e fronteiras dentro da PSP. Foi o Chega e o PS e um terceiro qualquer.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi a IL!

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Eu não quero saber. Eu sei uma coisa: houve uma força política, ou melhor, houve duas forças políticas que apoiaram...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e um órgão de poder político que propôs. Foi o Governo que propôs, foi a AD que apoiou.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E a IL?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O Chega e o PS,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E a IL?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... quanto ao controlo ou não controlo, impediram, boicotaram, não querem polícia a fazer controlo de fronteiras.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Lá por serem a vossa muleta, podem dizer na mesma!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É porque são betinhos, não é?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Finalmente, ao PAN e ao Livre, que fizeram perguntas sobre integração,...

Protestos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foram 33 páginas de texto de substituição, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O tempo está parado, Sr. Ministro.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O Sr. Deputado André Ventura já nos habituou: começa a perder a corrida dos debates e começa a fazer interpelações; não há interpelações, começa nos apartes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Toda a gente já percebeu que a corrida para haver controlo nas fronteiras com polícia...

Protestos do CH.

E já agora, o que é que acontece se não houver retorno? Nós falhamos, e a culpa também é do Chega.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não querem ofender a IL, eu percebo! É o vosso andarilho!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos iniciar a fase de encerramento, que será feita por ordem crescente.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Sr. Deputado Filipe Melo, quando puder começar o encerramento deste ponto...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — À vontade!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado.
Como estava a dizer, vamos começar as intervenções, que serão feitas por ordem crescente.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Sr. Deputado Pedro dos Santos Frazão, estava a dizer que quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Está mauzão, hoje!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Prosseguindo, os grupos parlamentares disporão de 4 minutos cada para as suas intervenções.

Começamos pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Europa tem revelado uma enorme incapacidade para lidar com a questão das migrações. Já teve políticas de portas abertas, já teve política fortaleza, mas, na prática, mudou muito pouco. E mudou muito pouco porque os Estados-Membros não têm conseguido concretizar, na sua ordem jurídica por vezes, mas principalmente na sua prática interna, o que determinam em regulamentos e em diretivas. São exemplos disso o regulamento relativo à triagem e a diretiva de retorno.

É por isso que é muito importante este plano que agora discutimos, bem como a capacidade de este Governo — que quis mudar, e está a mudar, a política de imigração — conseguir efetivamente ter sucesso na aplicação das medidas que aqui se propõem.

Porque é que isto é tão importante? Porque os desafios são enormes!

Vamos aos desafios que este Governo tem relativamente à imigração. Este Governo assumiu funções com a seguinte situação: 400 000 pendências na AIMA para regularização de situações de imigrantes; apenas quatro centros de instalação temporária, com lugar para apenas 200 pessoas, quando os pedidos de asilo disparavam todos os anos.

Protestos do L.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas passemos a uma realidade mais marcante. Normalmente, os Srs. Deputados da esquerda trazem a questão da criminalidade para criar uma cisão neste debate. Mas eu quero aqui trazer os números da criminalidade contra imigrantes.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, vamos lá à criminalidade expressa no RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) de 2023.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

O tráfico de pessoas aumentou 68 %, ou seja, há mais 68 % de pessoas traficadas em Portugal em 2023 do que em 2022, quando governava o Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quanto à exploração laboral, há mais 158 %, isto é, a exploração laboral de imigrantes em Portugal, quando o Partido Socialista governava, aumentou 158 %.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Fale mais baixo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O auxílio à imigração ilegal, quando o Partido Socialista governava, entre 2022 e 2023, aumentou 298 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, a incompetência do Partido Socialista teve como vítimas muitos cidadãos nacionais. Mas é justo reconhecer também, e falar verdade, que a incompetência do Partido Socialista teve como vítimas muitos cidadãos imigrantes que foram completamente abandonados e entregues às redes de tráfico de seres humanos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Como é que se resolve esta situação? Esta situação resolve-se com rigor e com humanismo. Mas resolve-se com rigor e com humanismo por esta ordem! Repito, por esta ordem.

Primeiro, é preciso ter rigor, decidir quem tem condições para entrar e quem não tem condições para entrar. Deixar entrar quem legalmente o pode fazer e não deixar entrar quem legalmente não o pode fazer. Só assim teremos condições para promover uma política de humanismo na integração, sendo que, desde logo, uma política de humanismo na integração só é eficaz se respeitar também os cidadãos nacionais.

É preciso criar uma polícia. É preciso construir os CIT (centros de instalação temporária) que faltam. É preciso conseguir afastar aqueles que cá estão ilegalmente.

E é preciso dizer uma coisa também: aquilo que o Partido Socialista fez foi deixar esta política totalmente ao abandono.

Quando assumimos funções, não sabíamos quem cá estava, não sabíamos como estavam, mas sabíamos que havia milhares de imigrantes a dormir nas traseiras de lojas e ao monte em apartamentos.

A dignidade tem de voltar à política de imigração, pelos cidadãos nacionais, mas também pelos cidadãos imigrantes, que merecem ser muito melhor tratados do que foram quando a esquerda...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A intervenção de encerramento do Grupo Parlamentar do Livre vai ser feita pelo Sr. Deputado Paulo Muacho, que tem também os mesmos 4 minutos.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Pacto Europeu para as Migrações e Asilo vai contra tudo o que deve ser o projeto europeu. Vai contra os valores de partilha e de respeito pelos direitos humanos, que estão na base do projeto europeu. Não há um mínimo denominador comum. Não se trata de nivelarmos por baixo o respeito pelos direitos humanos, mas, sim, de termos políticas com os mais altos padrões de direitos humanos a nível internacional, respeitando aquela que deve ser a responsabilidade da União Europeia no palco internacional.

Em vez disso, o que temos com este pacto é a externalização de fronteiras para países terceiros, isto é, temos a União Europeia a pagar a países terceiros para receberem os requerentes de asilo, sem quaisquer garantias de respeito pelos direitos humanos mais básicos.

A União Europeia falha com este pacto porque não cria um verdadeiro sistema de partilha de responsabilidade, de solidariedade e de integração destas pessoas dentro do espaço europeu. Falha porque os políticos europeus cedem a uma retórica que pretende culpar os estrangeiros por todos os problemas que a Europa enfrenta.

Ora, recusamos terminantemente essa retórica, recusamos essa instrumentalização, recusamos essa via.

Infelizmente, vemos no discurso do Governo português ecos deste tipo de discurso a nível europeu. O Sr. Ministro utilizou várias vezes a expressão «endurecer», «endurecer as regras».

Em vez de tornarmos as regras mais simples, mais claras — sim, rigorosas, como devem ser as regras, mas fáceis e menos burocráticas, porque estamos a falar de pessoas em situação de vulnerabilidade, que precisam de apoio, e por isso precisamos de facilitar o conhecimento que estas pessoas devem ter das regras que devem cumprir e de como podem garantir o cumprimento das mesmas —, seguimos o caminho oposto, seguimos o caminho da retórica das portas escancaradas, que o Governo repete até à exaustão.

Sr. Ministro, tenho uma novidade para lhe dar: entre uma porta aberta e uma porta escancarada passa exatamente o mesmo número de pessoas.

Quando fecha uma porta, o que o Governo na verdade faz é abrir uma janela, porque quando retiramos caminhos seguros para as pessoas poderem aceder a uma autorização de residência, caminhos legais e certos para poderem residir no nosso País, então, aí sim, abrimos espaço à informalidade, à ilegalidade, às redes de tráfico de seres humanos.

Era exatamente o oposto que deveríamos estar a fazer: não culpar os imigrantes e os estrangeiros que vêm para o nosso País pelos erros que são do Estado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ao que isto chegou! Até o Livre diz isto!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Sim, há erros. Foram cometidos erros, sim. Foram cometidos erros, é preciso reconhecê-lo.

A extinção do SEF não foi feita da melhor maneira, a AIMA não foi dotada dos recursos de que deveria ter sido dotada para podermos garantir os direitos mais básicos a estas pessoas. Contudo, a culpa não é destas pessoas; a culpa é de todos nós, que devemos ter políticas para garantir esse respeito.

A crise dos nossos sistemas de asilo — e por toda a Europa estes sistemas estão em crise — começa com as decisões políticas, não começa com os próprios requerentes de asilo.

Com este plano de implementação, tínhamos a oportunidade de melhorar o que não tinha sido feito a nível europeu, isto é: garantir o acesso a um sistema de qualidade e de justas oportunidades para quem requer asilo em Portugal; minimizar a utilização de procedimentos de detenção administrativa; conseguir um sistema justo e a garantia de direitos humanos daqueles que fogem às condições mais bárbaras e procuram o nosso País. Não foi esse o caminho que o Governo escolheu e lamentamos profundamente que não tenha sido esse o caminho a seguir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, que dispõe igualmente de 4 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande intervenção a do Mucho! Nunca foi a Campo Maior ver os ciganos!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Grande terra!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O chamado Pacto Europeu para as Migrações e Asilo reflete a tragédia moral por que passa a União Europeia.

Em matéria de asilo, a União Europeia tem uma moral seletiva. O direito de asilo deixou de ser determinado por razões humanitárias ou de proteção contra perseguições políticas ou religiosas para passar a ser um instrumento de política externa. Abre-se a porta, e bem, para refugiados da guerra na Ucrânia, mas fecha-se a porta aos afegãos deixados à má sorte ditada pelos talibãs. Abriram-se as portas para refugiados da guerra civil na Síria, mas fecham-se agora que os terroristas islâmicos, carinhosamente chamados «rebeldes», tomaram o poder em Damasco.

Em vez de um pacto para as migrações, estamos perante um pacto para as deportações.

A União Europeia invoca a regulação e a integração, mas o que faz na realidade é tentar impedir os imigrantes de chegar à Europa e encontrar os meios mais expeditos de expulsar, seja para onde for, os que a duras penas conseguem chegar a território europeu.

As potências europeias, que basearam a sua prosperidade, ao longo de séculos, na exploração colonial e que ainda hoje beneficiam da exploração neocolonial dos recursos naturais de países que, sendo ricos em recursos, são condenados à miséria e espoliados por multinacionais em conluio com as elites locais, estranham que os povos espoliados tentem fugir à fome e à miséria e que procurem condições de vida em países mais desenvolvidos.

As mesmas potências europeias que contribuíram para semear o caos político e social em terras alheias, como fizeram no Afeganistão, na Líbia, no Iraque ou na Síria, e que asfixiam com sanções económicas os povos de países que não se conformem com as suas imposições políticas, estranham que os povos de países devastados procurem condições de vida longe das suas fronteiras.

Que a Europa, a braços com o desafio demográfico imenso de ser um continente envelhecido, precise de imigrantes que garantam a sua própria sustentabilidade económica e social, esse é um dado inquestionável.

Que a Europa, após a II Guerra Mundial, garantiu a reconstrução dos seus países devastados à custa da importação massiva de mão de obra de imigrantes de países do Sul, tendo uma dívida de gratidão para com essas comunidades, é outro dado inquestionável.

No entanto, esta mesma Europa, que tanto beneficiou da imigração e que tanto precisa ainda hoje de imigrantes, está hoje refém de uma extrema-direita xenófoba que hostiliza as comunidades imigrantes, promove a sua estigmatização e segregação, associando-a falsamente à criminalidade, e que, em nome da regulação e de uma integração que, na verdade, não pretende, remete as comunidades imigrantes para a ilegalidade, sob a ameaça permanente da deportação.

Em vez de manter políticas de cooperação e de não ingerência, que evitem a fuga das populações e que promovam a sua fixação nos países de origem, o que faz a União Europeia é encontrar mecanismos que evitem a entrada de imigrantes no seu território, fazer acordos com países a quem possa pagar para que recebam imigrantes deportados, seleccionar politicamente os requerentes de asilo e ceder perante os ventos de xenofobia que a extrema-direita semeia pela Europa, promovendo a estigmatização das comunidades imigrantes, e tudo, sempre, em nome das melhores intenções, as tais intenções de que está o inferno cheio.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, dispondo também de 4 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em junho de 2024, em plena campanha eleitoral para as europeias, o Governo decidiu acabar com a manifestação de interesse, o único mecanismo de regularização permanente existente na lei, para acabar com o que o Primeiro-Ministro Luís Montenegro passou a apelidar de «portas escancaradas»...

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

... e o Sr. Ministro da tutela, Leitão Amaro, classifica de «efeito de chamada». Os vários anos que tiveram como Deputados desta Casa nunca os fez olhar para este mecanismo de regularização inovador desta forma. Por isso, a motivação da decisão, como é evidente, foram as eleições e não a boa e responsável política migratória, e teve, por isso, o resultado que o populismo de direita tem sempre — chumba no teste da realidade.

Vamos por partes. A Assembleia da República teve de criar um regime transitório para acomodar os casos em que os migrantes já tinham regularizado a sua situação junto da Segurança Social, mas ainda não tinham tido acesso à autorização de residência. A lei, para além de ser injusta, estava mal feita — aliás, leis mal feitas por parte do Sr. Ministro da Presidência não são propriamente uma novidade! A polícia quis criá-la e obrigou os Deputados da AD a apresentar 33 páginas de texto de substituição! A medida não só era errada, como estava profundamente mal feita. Estava escancarado não só o erro, como também o facto de a lei não fazer falta nenhuma à República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acabaram com o SEF!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Governo passou, além disso, a desdobrar-se em anúncios de protocolos e de criação de vias rápidas para os setores-chave da economia portuguesa, como a agricultura, as pescas, o desporto e a construção civil, porque o fim da manifestação de interesse criou um grande problema à economia e à sociedade portuguesas.

O Ministro da Coesão, reconheça-se, tem sido incansável em tentar explicar ao Sr. Ministro Leitão Amaro que a construção civil depende da mão de obra imigrante e que, à custa disso, as metas do PRR estão postas em causa. Especialistas e representantes da área têm dito o mesmo e têm lamentado que a política migratória irresponsável do Governo tenha criado dificuldades acrescidas ao setor.

O mais recente relatório da AIMA veio, uma vez mais, desmentir a tese das «portas escancaradas» ou do denominado «efeito de chamada». Em 2023, só 11 % dos imigrantes usaram a manifestação de interesse para se regularizarem. A esmagadora maioria das autorizações de residência, 45 %, foi concedida ao abrigo dos vistos da CPLP, que o Sr. Ministro, felizmente, não classifica nem de «efeito de chamada» nem de «porta escancarada».

Os pressupostos do Governo estavam errados. O problema era mesmo o Estado português não processar os pedidos de autorização atempadamente; nunca foi a manifestação de interesse. Portugal é um dos países mais seguros do mundo, o quarto mais seguro da UE (União Europeia). Não se pode fazer qualquer associação entre o aumento da imigração e o aumento da criminalidade. As pessoas imigram porque em Portugal há emprego, porque a economia portuguesa necessita de mais mão de obra. É por esse motivo e por nenhum outro que a imigração em Portugal tem aumentado.

A política migratória do Governo não segue um critério de segurança objetivo, não segue um critério social objetivo, não segue um critério económico objetivo, não segue um critério de promoção dos direitos humanos objetivo. Segue uma mera ponderação político-partidária e eleitoral, precisamente o contrário do que deve ser uma política migratória responsável e humanista.

Aplausos do BE.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esse discurso da manhã foi bom! É o chamado dois em um!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Amanhã corre melhor!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estão aborrecidos uns com os outros, aí na bancada!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr. Ministro, Srs. Deputados: O Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo apresenta-se como uma oportunidade para repensar o sistema migratório português.

Enquanto defensores da liberdade individual e da liberdade económica, vemos a migração como parte essencial de um país que quer apostar no crescimento económico e na inovação.

A abordagem às migrações deve, portanto, realizar-se com equilíbrio entre o humanismo e o pragmatismo que caracterizam a civilização ocidental e o Estado de direito democrático.

Para a Iniciativa Liberal, a migração não deve ser encarada como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade de desenvolvimento económico e social, desde que gerida de forma organizada e sustentável.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Em primeiro lugar, reconhecemos que a implementação do pacto deve ser uma oportunidade para reforçar a atração de talento e colmatar lacunas no mercado laboral. Portugal enfrenta desafios demográficos e económicos que podem ser mitigados com políticas migratórias liberais e inteligentes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Liberais e inteligentes não é possível!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — No entanto, é fundamental que estas sejam claras, previsíveis e justas.

Em segundo lugar, a gestão de fronteiras e o acolhimento devem ser eficientes e respeitar os direitos humanos. Devemos apostar em soluções tecnológicas e na capacitação dos recursos humanos para assegurar procedimentos rápidos e justos. Contudo, a entrada deve ser ordenada, legal e transparente, respeitando quem entra e quem cá está.

Em terceiro lugar, é fundamental manter a legalidade e a segurança, através de um controlo eficaz das fronteiras externas da União Europeia, para combater redes de tráfico humano e exploração. Os movimentos migratórios devem ser livres, mas devem ocorrer debaixo de um quadro legal ordenado e garante dos direitos humanos. O humanismo nas migrações também se traduz num combate sem tréguas às redes de tráfico humano e à imigração ilegal.

Por fim, reafirmamos que o acolhimento digno é imperativo. Devemos não só garantir condições básicas para os migrantes e requerentes de proteção internacional, mas também criar incentivos claros, que contribuam para a sociedade que os acolhe. O acesso ao mercado de trabalho, à educação e à saúde também não é apenas uma questão de direitos humanos, mas de valorização do potencial humano que trazem consigo.

Srs. Deputados, as migrações são uma expressão da liberdade individual de circulação e da ambição de quem procura uma vida melhor e de quem procura um projeto de vida diferente. Aos migrantes que nos procuram, temos de garantir que não são vítimas de tráfico humano e de outras formas de exploração.

Como País, temos de ter políticas públicas inteligentes, que aproveitem o potencial económico da imigração. Para implementar efetivamente o Pacto Europeu para as Migrações e Asilo, o Governo precisa de coordenar uma resposta integrada que vá desde a revisão legislativa até à execução prática, envolvendo vários setores — interno, emprego, saúde, educação — e interlocutores — União Europeia, autarquias e sociedade civil. Isto implica visão estratégica, capacidade de gestão de recursos humanos e financeiros, e uma comunicação clara, contribuindo para uma política migratória mais eficaz e segura.

Quero aproveitar para clarificar uma situação: a Iniciativa Liberal, relativamente à proposta da criação da Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros, votou a favor de uns pontos e absteve-se noutros,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ahh!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... tendo em consideração, inclusivamente, as várias reuniões que tivemos com as várias forças de segurança. Pelo contrário, o Chega,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Absteve-se!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... que tanto fala deste tema, votou contra várias alterações do PSD e absteve-se noutras, mas votou contra, nomeadamente, nas questões relacionadas com a fiscalização e o retorno.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não podíamos começar esta intervenção sem dizer o óbvio. Sr.^a Deputada, a resposta é muito simples: é que o Chega, ao contrário da Iniciativa Liberal, tem propostas sobre imigração e aprova as suas propostas sobre imigração. É essa a diferença entre nós.

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

O Partido Socialista decidiu vir a este debate falando do barómetro da imigração. Ouvimos o Deputado Pedro Delgado Alves dizer que os portugueses sabem que os imigrantes são fundamentais para o nosso País. Esqueceu-se de dizer o resto: 60,8 % dos portugueses dizem que não querem mais imigrantes do subcontinente indiano. Sublinho: 60,8 % dos portugueses dizem não querer mais imigrantes do subcontinente indiano. Por outro lado, 67,5 % dos portugueses dizem que a presença de imigrantes no País aumenta a criminalidade e 68,9 % dizem que a presença destes imigrantes em excesso e descontrolada gera uma política e um País de salários baixos.

Protestos do Deputado do PS Gilberto Anjos.

Como sempre, o PS não nos traz o país real, mas o país que gostaria de ver. O PS esquece a herança que deixou e a culpa que tem no País que gerámos. O PS esquece que hoje, se o País está farto de descontrolo, se o País está farto de bandalheira, se muitas das nossas regiões são assoladas pelo crime, não há nenhuma responsabilidade a que possamos desviar a mão. A responsabilidade está mesmo ali, no Partido Socialista — são eles os responsáveis pelo estado a que Portugal chegou em matéria de imigração e insegurança!

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no debate que temos, a esquerda é sempre profícua em vir dizer-nos algo que desconhecemos: «Vocês são os responsáveis!» Sim, os europeus, esses maldosos, são os responsáveis. Os colonizadores do mundo são os responsáveis. Aqueles que andaram a impor sanções aos países do Médio Oriente ou às ditaduras do extremo asiático são os responsáveis.

Sr. Deputado António Filipe, sim, nós continuaremos a impor sanções a países que usam armas químicas contra as suas crianças e contra o seu povo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós continuaremos a impor sanções a países como aqueles que são apoiados pelo seu partido — Cuba, Venezuela, Moçambique —, que em vez de darem liberdade, dão prisão política a quem discorda!

Aplausos do CH.

Nós continuaremos a impor sanções. Continuaremos a impor sanções a países que tratam as mulheres como objetos...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e as obrigam a virar-se para o lado, a cobrir-se ou a ter as janelas das suas casas tapadas.

Não, Sr. Deputado António Filipe; não, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua; não, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves — não somos nós os responsáveis pelo estado desastroso do mundo fora da Europa, mas aqueles que, desde o início, tiveram dois caminhos: escolher a ditadura ou a liberdade. Graças a Deus afastaram-vos a vocês e deram-nos a nós o dever de governar em liberdade!

Aplausos do CH.

A Europa está doente, tal como se viu, agora, no Reino Unido, com milhares de violações de meninas que, só por serem brancas e europeias, foram desprotegidas para se proteger outros que eram islâmicos, de origem paquistanesa ou de outros países.

Aplausos do CH.

Esse é o símbolo maior de uma Europa doente, que passou a dizer aos brancos e à minoria que «vocês já não valem, porque para nós, agora, só é importante protegermos os mesmos, os coitadinhos de sempre, os que para cá vieram viver à conta de quem paga impostos».

Nós não alinhamos nesse diapasão. Para nós, seremos sempre um continente humanista, mas nunca temos dúvidas sobre quem nos elegeru e para quem governamos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Qual «governamos»?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Connosco, será sempre Portugal primeiro, será sempre Portugal em primeiro lugar.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este debate é sobre imigração. Convém saber que foi este Governo, cujo Sr. Ministro aqui está hoje, que, não obstante dizer que o queria fazer, impediu quotas para a imigração, impediu um referendo para excluir e limitar a imigração, impediu que obrigássemos aqueles que para cá vêm a usar seguro...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, do Partido Socialista, dispondo de 4 minutos.

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No encerramento deste debate, que deveria ter versado sobre o Plano Nacional de Implementação do Pacto Europeu para as Migrações e Asilo, cumpre fazer algumas reflexões. E digo «deveria ter versado» porque, infelizmente, aquilo que menos foi aqui discutido hoje foi este plano nacional para a implementação do pacto.

Este plano reflete bem três dos quatro pilares que o pacto veio definir como prioridades para a regulação das migrações no espaço europeu. Contudo, esquece um desses quatro pilares.

Vejam: encontramos aqui — e o trabalho foi bem feito em matéria de transposição — claras regras sobre o reforço das fronteiras, regras sobre a melhoria das condições de asilo, regras sobre o reforço dos direitos humanos de quem nos procura nesta situação e como melhor os acolher. O plano prevê, e bem, a forma como se podem reforçar laços de cooperação e solidariedade entre os diferentes Estados-Membros para melhor acolher quem nos procura. Mas, infelizmente, pouco ou nada encontramos neste plano sobre o quarto pilar, que nos fala sobre a questão do reforço das parcerias e sobre a consideração do tema das migrações no reforço das parcerias com Estados terceiros.

O pacto é bastante claro quando define um conjunto de mecanismos, alguns deles já aprovados, outros em processo legislativo ou regulamentar, nomeadamente no que diz respeito à criação da plataforma para a reserva de talento na União Europeia e à formulação de recomendações para a simplificação administrativa e para a redução de custos, quanto ao reconhecimento de competências de cidadãos oriundos de terceiros países.

O pacto é claro quando nos fala da necessidade de implementação da versão revista da diretiva do cartão verde, para acolhermos cidadãos de terceiros países, trabalhadores especialmente qualificados, e também é claro quando nos convoca à transposição da diretiva, já aprovada, de acolhimento e de autorização de residência e trabalho para cidadãos que venham trabalhar para a União Europeia.

Infelizmente, sobre estes temas, nada temos neste plano. Ora, isto constitui, a nosso ver, a grande falha, daí que, efetivamente, seja importante que este seja ainda um plano preliminar. Continuamos assim a encarar a perspectiva de podermos ter uma versão definitiva deste plano, que preveja claramente as regras que venham permitir compensar as situações em que cidadãos migrantes possam legalmente entrar no espaço da União Europeia.

Neste pacto, 90 % das medidas previstas baseiam-se nas questões do asilo. Ora, em Portugal, isto não é definitivamente uma questão, e são os números da AIMA que o vêm demonstrar, não somos nós que o dizemos.

Portanto, aquilo que precisamos de saber é: que mecanismos legais é que vão permitir a quem nos procura? É que, Sr. Ministro, não vale a pena tentarem emparedar a porta que dizem escancarada, porque os cidadãos que nos procuram vão continuar a procurar-nos e vão entrar pelas janelas, se não entrarem pela porta. Por isso, aquilo que compete ao Governo é dizer-nos de que forma pretende encontrar formas alternativas e legais para que estes cidadãos entrem na União Europeia, trabalhem junto de nós, façam as contribuições que até hoje têm feito de uma forma legal, uma vez que não contam já com o mecanismo da manifestação de interesse.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é um debate que se devia ter realizado de uma forma serena.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Tem muita razão!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Falar sobre imigração é falar, em primeira linha, sobre pessoas. Isso exige que não se faça disto um mero trocar de ideias entre a esquerda e a direita, que alimenta ódios, que não é capaz de encontrar soluções, porque estão demasiado preocupados em ganhar o seu posicionamento político, em vez de tratar do problema dessas mesmas pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Europa, ao fim de alguns anos, encontrou um quadro comum, um problema que se arrasta há anos. A Europa, durante muito tempo, não olhou para esse problema, mais uma vez, não se preocupando com a integração das pessoas. Felizmente, a Europa conseguiu encontrar um quadro de entendimento entre Estados-Membros, e congratulo o Governo por nos ter trazido uma discussão séria relativamente à sua visão sobre imigração.

O plano nacional tem desafios tremendos. O Partido Socialista, de uma forma serena — até estranhamente serena, porque não foi assim antes, estando mais preocupado em retomar discussões antigas sobre a questão, por exemplo, da manifestação de interesse —, abordou aquilo que o plano nos traduz: a necessidade de ter um conjunto vastíssimo de diplomas, com prazos apertados, entre junho deste ano, dezembro deste ano e junho do próximo ano, para termos um quadro legal claro e firme, alguma coisa que traga serenidade legislativa àquele que tem sido o quadro legislativo normal. Falo de fronteiras seguras, bases de dados, procedimentos claros de entradas e de regressos, ou seja, tudo aquilo que o Governo anterior anunciou, mas tudo aquilo em que o Governo anterior falhou redondamente.

Falhou, porque não foi capaz de estabelecer uma única forma de, integradamente, esses imigrantes estarem no País; porque não foi capaz de regular, em momento algum, essa mesma entrada; porque deixou uma herança de meio milhão de pessoas que não tinham a sua vida regularizada, e agora vem pedir responsabilidades a quem, em poucos meses, encontrou uma solução orgânica, uma solução de regularização, uma solução de dar alguma estabilidade àqueles que procuravam integrar-se.

Este plano estabelece formas mais seguras, mais céleres, que determinam a capacidade de o Governo realizar o seu compromisso para com as pessoas, com solidariedade, com responsabilidade, com a capacidade de encontrar aquilo que, mais uma vez, Governos anteriores, nomeadamente o anterior, anunciaram mas não realizaram, como os centros temporários, por exemplo.

O Governo anterior não foi capaz de evitar redes de tráfico e conseguiu acabar com a única estrutura de polícia que havia, apenas e só por um capricho — apenas e só por um capricho. Não esqueçamos que o SEF terminou na sequência de um erro do Governo socialista e da sua incapacidade de encontrar uma solução. Hoje, é incapaz de ceder sobre uma forma, sem nos indicar um caminho alternativo àquilo que o Governo apresentou, que discutimos e com que todos concordámos, que é uma nova unidade dentro da polícia, que consiga responder a todas estas realidades.

Estamos num momento chave, estamos num momento de viragem. É importante que esta serenidade, este consenso, se alarguem. Que não seja à direita ou à esquerda, mas de todos; que quem teve responsabilidades governativas saiba assumir também a sua responsabilidade de encontrar as soluções aqui, no Parlamento, perante o povo português.

É aquilo que a esquerda e a direita, no seu radicalismo, não são capazes de alcançar que nós estamos aqui para realizar. Por isso, apelamos a todos aqueles que possam, que o façam connosco.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para o encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final deste debate, creio que há três conclusões importantes.

Em primeiro lugar — um facto aparentemente aceite por todos —, Portugal teve um aumento muito rápido e muito grande da população estrangeira.

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — Oh, que novidade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E descontrolado!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Em cinco anos, a população estrangeira mais do que duplicou, e isso não tem precedentes na nossa história recente, nem mesmo em períodos recentes na Europa.

Isto, obviamente, traz desafios muito grandes, porque o crescimento não foi apenas muito rápido e muito grande, mas também descontrolado. Foi descontrolado na entrada e foi descontrolado no falhanço àqueles que vieram e aos que cá estavam. Essa é a segunda conclusão: o falhanço passado do Estado, o falhanço das políticas anteriores.

Protestos da Deputada do PS Elza Pais.

É uma herança pesada — só a registamos para dizer que a vamos enfrentar. Sim, vamos resolver esses problemas de quem falhou a essas pessoas invisíveis, portugueses e estrangeiros, imigrantes e refugiados, os 400 000 que esperam nas filas, cá em Portugal, os 270 que esperam nos campos, na Turquia e no Egito, os portugueses que esperam e desesperam, porque não veem o controlo ou a integração, e os 155 000 jovens estudantes, um quarto dos quais não fala português, que não têm nas escolas o apoio devido para que a sua integração na sociedade portuguesa e a sua aprendizagem funcionem.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Creio que hoje o País não duvida.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Está tudo na mesma!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A situação é de um aumento muito grande. Isso é um enorme desafio para a sociedade portuguesa, e o que nos antecedeu foi um desastre de política de imigração.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Desastre são vocês!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Mas hoje há, e esta é a terceira conclusão, um caminho novo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Onde é que ele está?! Não fazem nada!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Esse caminho novo de moderação firme tem medidas que regulam, controlam, fiscalizam a imigração e medidas que melhoram, reforçam a integração, com humanismo, com reconhecimento e efetivação de direitos, e também com exigência de deveres. Quem para cá vem tem de respeitar os nossos valores constitucionais, a começar pela dignidade da pessoa humana, a começar pela igualdade e dignidade das mulheres que aqui vivem e que não podem ser sujeitas a comportamentos inaceitáveis.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sim, para controlar, acabámos com a manifestação de interesse, que era uma porta escancarada e uma chamada à imigração ilegal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sim, estamos a regularizar as 400 000 manifestações de interesse, mas há outros 400 000 processos atrasados de renovações, de reagrupamento familiar, de tudo! É uma herança pesada de pessoas invisíveis que ficaram à espera do Estado português,...

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — Ainda estão à espera!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... a desesperar, com os portugueses e os que cá estão preocupados, porque não sabiam quem eram, o que faziam e onde estavam esses que vieram.

Apertámos a imigração e as regras que aplicámos quando investimos 25 milhões de euros no controlo das fronteiras externas e na recolha de dados biométricos, para que quem vem seja mesmo aquela pessoa e não outra, no dia a seguir, com os mesmos documentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Apertámos o controlo e a fiscalização quando lançámos o controlo no terreno, com as agências multitorças, incluindo a ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), porque a proteção contra o crime é, em primeiro lugar, uma proteção dos imigrantes explorados, abusados por redes. Fechar os olhos, não querer as polícias no terreno, é ajudar os criminosos, não é proteger os imigrantes que são vítimas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sim, com orgulho e com honra, esta política tem controlo, fiscalização e regras mais apertadas, em nome e em defesa desses portugueses e desses estrangeiros invisíveis que foram esquecidos por quem nos governou antes.

Protestos da Deputada do PS Ana Mendes Godinho.

Protegemos mais e melhor quem vem, acolhendo-os melhor, como aquelas mais de 150 000 crianças,...

A Sr.^a **Ana Mendes Godinho** (PS): — Têm uma família!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... das quais um quarto não fala português, que terão 272 mediadores culturais, num esforço de 10 milhões de euros, ainda ontem publicado em *Diário da República*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para quê?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Tratamos os cidadãos da CPLP como imigrantes de primeira...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e não como aqueles que tinham um papel, que não podiam sair de Portugal, ou que tinham uma duração de vigência em Portugal mais curta do que os outros estrangeiros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dizíamos que os tratávamos bem, quando lhes dávamos uma autorização mais curta e menos digna. Quando duplicamos o apoio às associações de comunidades imigrantes, quando voltamos a cumprir esses compromissos internacionais de reinstalação...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Está concluído este ponto da ordem de trabalhos.

Vamos entrar no segundo ponto, que é o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 15/XVI/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código.

Para a intervenção inicial, dou a palavra à Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, que dispõe de 7 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Venho hoje apresentar ao Parlamento a proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o Código dos Impostos Especiais de Consumo, ou seja, os IEC (impostos especiais de consumo).

Esta proposta visa a introdução de várias alterações a este diploma, alterações essas que o Governo entende como fundamentais para, por um lado, assegurar a plena conformidade com o direito europeu e, por outro lado, eliminar a isenção total de ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) sobre os biocombustíveis avançados.

Com efeito, esta proposta visa, a um lado, a adaptação e o melhoramento do sistema dos IEC, solucionando um conjunto de questões identificadas pelos serviços da Comissão Europeia relativamente à transposição das diretivas que compõem o quadro jurídico europeu em matéria de impostos sobre o consumo.

A principal razão deste conjunto de alterações prende-se, em primeira linha, com a necessidade de responder ao entendimento da Comissão Europeia de que as transposições das diretivas europeias em 2022, através da Lei n.º 24-E/2022, de 30 de dezembro, não são suficientes. Por este motivo, a presente autorização legislativa visa garantir a plena transposição e findar os processos de infração que continuam pendentes a este respeito.

Várias destas medidas são de ajustamento ou adaptação. Sinalizaria, pela relevância que têm no mercado e na economia nacional, os procedimentos para o reconhecimento, por parte dos outros Estados-Membros, do estatuto de pequenos produtores independentes de bebidas alcoólicas, em particular de pequenos produtores de vinho, cujo certificado passa a poder ser emitido pelas autoridades do setor vitivinícola e não, como até aqui, pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Trata-se, naturalmente, de uma retificação desta transposição que não terá impacto na definição fiscal deste tão importante produto para a economia nacional que é o vinho.

Esta proposta visa também, além dos ajustamentos que referi, a eliminação da isenção de ISP para os biocombustíveis avançados. Esta isenção foi introduzida pelo Orçamento do Estado para 2021 e é um exemplo clássico de extrafiscalidade, ou seja, é uma norma fiscal que tem como objetivo modelar comportamentos, neste caso, fomentando o aumento da incorporação de biocombustíveis avançados, que são ambientalmente mais sustentáveis e que, por outro lado, promovem a economia circular, ao serem produzidos a partir de vários resíduos.

Esta isenção é uma singularidade portuguesa, tendo apenas sido implementada em Portugal e não noutras jurisdições europeias. Acresce que, sobretudo numa análise do seu impacto, se constata que esta isenção está a ter vários efeitos que não podemos deixar de assinalar: em 2020, a produção nacional correspondia a cerca de 85 % deste mercado; em 2024, os dados provisórios de que dispomos apontam para um cenário em que as importações de biocombustíveis avançados ascendem a cerca de 50 % do mercado, tendo quadruplicado — aliás, de acordo com uma notícia que vi há pouco num jornal ambiental, quintuplicado — a importação desde a introdução desta isenção.

A importação de biocombustíveis comporta igualmente outras preocupações que gostaria de partilhar com os Srs. Deputados. Desde logo, o controlo da sustentabilidade ambiental dos biocombustíveis avançados é frágil e é, essencialmente, de natureza documental. Não existe, por isso, uma garantia efetiva de que esta isenção esteja verdadeiramente a promover a utilização de alternativas energéticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, o que justificou a sua criação.

Adicionalmente, não posso deixar de assinalar que a estas importações, que vêm sobretudo do continente asiático, está associada uma pegada ambiental que não podemos ignorar e que é gerada pelo transporte desde o continente asiático até Portugal. Assim, não obstante as boas intenções que presidiram à medida, a mesma está na origem do grande fluxo de importações, poluente e pouco sustentável, desvirtuando e contrariando os efeitos pretendidos com a criação da isenção.

Acresce que uma parte importante das importações respeita a efluentes da produção de óleo de palma e resíduos de palma, o chamado «POME» (*palm oil mill effluent*), produzidos não a partir de matéria residual, mas, suspeita-se — não nós, mas sobretudo a Comissão Europeia —, a partir de óleo de palma quase virgem, o que implica necessariamente a desflorestação nos locais de origem. A própria Comissão, como dizia, deixa um alerta, numa nota informativa recente, do final de outubro, para o risco de fraude associado à importação de POME, dizendo, aliás, que, neste momento, a produção global de óleo de palma é inferior à produção de resíduos de óleo de palma, o que deixa bem clara esta preocupação.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a presente proposta é essencial para a adaptação e o melhoramento do sistema dos IEC, acompanhando o quadro jurídico europeu. Esta proposta é também fundamental para corrigir os efeitos que resultam da atual isenção de ISP aplicável aos biocombustíveis avançados.

O enorme aumento das importações de biocombustíveis avançados que utilizam matérias-primas como os efluentes da produção de óleo de palma e resíduos de palma com origem em países terceiros não só já gerou o alerta da Comissão Europeia — que identificou o problema que esta isenção, no caso, está a promover — como está associado a um aumento das emissões, em consequência do transporte, que não podemos ignorar.

Permitam-me salientar que o Governo tem um enorme e confessado compromisso com a transição ambiental e a transição para o uso de fontes energéticas ambientalmente mais sustentáveis, que não está em causa nesta

proposta de revogação da isenção. De resto, os biocombustíveis devem e irão fazer parte da estratégia energética do Governo, nomeadamente, através das metas de incorporação, que são largamente ultrapassadas há vários anos e muito superiores aos níveis médios dentro da União Europeia.

Não deve, contudo, ser mantida uma isenção fiscal que não tem vindo a incentivar a produção nacional destes produtos nem a economia circular que lhe preside, mas que incentiva, por outro lado, à importação com uma pegada de carbono importante e que comporta riscos de fraude identificados a nível comunitário. Por ser nossa convicção que estes objetivos essenciais são prosseguidos por esta proposta de lei e partilhados por todos os grupos parlamentares, o Governo espera e conta que esta iniciativa possa merecer o apoio e a aprovação desta Assembleia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem três pedidos de esclarecimento, o tempo é que é escasso para esclarecer tal como está neste momento: 12 segundos, mais 15 de tolerância. Presumo que responda aos três ao mesmo tempo.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, começo por saudar o Governo pelo pacote das 30 medidas de simplificação fiscal que foi hoje aprovado em Conselho de Ministros.

A simplificação fiscal é um dos eixos centrais da política fiscal do Governo, a par da redução do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e da agilização da justiça tributária, por isso, o CDS saúda o Governo por estar a cumprir o seu programa e também por estar a agilizar a vida dos cidadãos e a reforçar a competitividade fiscal do nosso País.

Sr.^a Secretária de Estado, em primeiro lugar, e no início deste debate, não posso deixar de começar por dizer que o anterior Governo, do PS, não só se atrasou na transposição das diretivas europeias como, quando transpôs, transpôs incorretamente,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... o que obriga este Governo a transpor novamente estas diretivas para corrigir as incorreções da responsabilidade do Partido Socialista. Por isso, a primeira pergunta que gostava de lhe fazer, Sr.^a Secretária de Estado, era para que dissesse quantos processos de infração correm neste momento contra Portugal pela transposição atrasada e incorreta das diretivas europeias, por responsabilidade dos anteriores Governos, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Essa é uma boa pergunta!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em segundo lugar, como referiu, esta proposta de lei visa simplificar, flexibilizar e acabar com as burocracias nos procedimentos de importação e exportação de bens, facilitando o comércio interno e internacional de bens. Por isso, gostava que explicasse em maior detalhe quais as medidas que vão beneficiar, em particular, os pequenos produtores de vinho portugueses, com a proposta que hoje é apresentada.

Em terceiro lugar, umas últimas perguntas sobre a revogação da isenção do ISP. Primeira: porque é que o Governo considera que a isenção dos biocombustíveis avançados é prejudicial? Segunda: como responde à crítica de que esta eliminação pode prejudicar o cumprimento das metas de incorporação de biocombustíveis?

E, finalmente: está o Governo disponível para ajustar os termos da eliminação da isenção, durante a discussão na especialidade?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD congratula, naturalmente, o Governo por abordar este tema sensível dos biocombustíveis avançados e reconhece o esforço em alinhar políticas fiscais com aquilo que são as melhores práticas.

De facto, os biocombustíveis avançados, apesar daquele que é o seu potencial, não são isentos de controvérsias. A utilização de matérias-primas como o óleo de palma residual, cuja proveniência é muitas vezes opaca, como disse a Sr.^a Secretária de Estado, levanta preocupações sérias sobre práticas fraudulentas e impactos ambientais. Além disso, muitos biocombustíveis usados em Portugal são importados sem que sejam rastreáveis, o que coloca em desvantagem os produtores nacionais e compromete a diretiva europeia das energias renováveis.

A política fiscal deve, sim, sinalizar corretamente os incentivos ao mercado. Consideramos, por isso, essencial distinguir os biocombustíveis avançados dos gases renováveis. Soluções como o biometano e o hidrogénio verde são mais sustentáveis e de utilização transversal, tendo impacto em setores-chave como a energia, a mobilidade e a agricultura. Nesse sentido, destacamos o Plano de Ação para o Biometano, que prevê substituir 10 % do consumo de gás natural por biometano até 2030, promovendo a redução das emissões de gases com efeito de estufa e fortalecendo a economia circular. Aliás, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um projeto de resolução para acelerar a sua implementação e a valorização das infraestruturas já existentes para os resíduos agrícolas e urbanos.

Assim, pergunto-lhe, Sr.^a Secretária de Estado, se concorda que, em sede de especialidade, a proposta de lei seja ajustada, para diferenciar claramente os biocombustíveis avançados dos gases renováveis, e se o Governo garante que a isenção do ISP para os gases renováveis, como o biometano e o hidrogénio verde, será mantida, embora não estivesse a ser aplicada.

A nossa mensagem, no fundo, é clara: sim à sustentabilidade, mas com critérios justos e diferenciados, baseados em soluções robustas e transparentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Secretário de Estado e a Sr.^a Secretária de Estado.

Relativamente à parte da harmonização mais procedimental do IEC, por nós, não tem problema. Relativamente à harmonização da definição do «vinho tranquilo», por nós, também é tranquilo. Relativamente às bebidas alcoólicas, o mesmo.

O quarto ponto é que gera, obviamente, mais dúvidas nos grupos parlamentares relativamente à revogação da isenção do ISP sobre os biocombustíveis. A verdade é que nós já tínhamos tido dúvidas na altura, quando a isenção foi implementada, mas, desde aí, também é verdade que a atividade disparou, e isso, em termos de cumprimento de metas, foi positivo.

Mas há alguns pontos que nos preocupam. O primeiro é que, segundo o que nos dizem algumas pessoas do setor, a fiscalização da importação e da produção nacional não é exatamente a mesma. Depois, há também algumas dúvidas e alertas relativamente, eu diria, a usos fraudulentos, a abusos de óleos de palma nesses biocombustíveis. Por isso, temos ainda algumas dúvidas relativamente a esta proposta.

Gostava muito de lhe perguntar, tudo somado, qual é a fundamentação do Governo para agora retirar a isenção. A nossa preocupação principal é que, obviamente, isso terá uma repercussão no preço, o que nos preocupa, mas estou disponível para ouvir a argumentação do Governo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado dispõe de 1 minuto e 57 segundos, mais os 15 segundos de tolerância, para responder, dado que houve uma cedência de tempo por parte do CDS-PP, de 45 segundos, creio eu, e de 1 minuto por parte do PSD.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, enfim, vou tentar ser o mais sucinta possível e usar este 1 minuto e 15 segundos para responder a todas estas questões.

Começo, talvez, pela de mais rápida resposta, e mais fácil: quantos processos de infração temos? Três, todos, neste momento, por errada transposição, que esta proposta visa colmatar.

Depois, perguntava-me o Sr. Deputado porque é que se entende que isto não prejudica o cumprimento das metas. Porque as metas estão a ser, há vários anos, desde a introdução da isenção, e até antes, largamente ultrapassadas. As metas portuguesas são, de resto, muitíssimo superiores às metas europeias. Portanto, não só se cumprem as metas como, para 2023, a meta era, salvo erro, de 0,7 %, e, em 2024, o cumprimento foi, se não estou em erro, de 5,4 % — isto para termos uma noção do atingimento das metas. Logo, as metas manifestamente não estão em causa.

Dir-me-á: «Mas, então, e se estes 50 % deixarem de ser importados, isso põe em causa as metas?» Não, não põe, mas também não há nenhuma evidência de que a remoção da isenção faça com que a importação deixe de acontecer, até porque o valor desta isenção tem muito pouco peso no preço. E também não há nenhuma evidência de que eliminar a isenção implique economicamente — e a norma é que não implique — um transvase direto.

Por último, quanto à fiscalização que o Sr. Deputado Bernardo Blanco referia, sim, há um alerta para uma diferente fiscalização, que, no caso das importações, é só com base documental, mas que é de muito difícil resolução, porque a fiscalização dos produtores portugueses é feita *in loco* e a dos europeus é garantida pelas entidades correspondentes, ao passo que não é possível, não é implementável, uma verificação *in loco* dos produtores no continente asiático.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falta a discussão na especialidade.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Ah, a discussão na especialidade...
Peço a vossa tolerância, só mais um bocadinho...

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem mais tempo, que a Iniciativa Liberal cedeu, portanto, não é uma questão de tolerância, é mesmo direito a mais 30 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Muito obrigada, Sr. Presidente, e muito obrigada ao Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal pela cedência do tempo.

Quanto à discussão na especialidade, o Governo está sempre, naturalmente, aberto ao diálogo e às propostas de alteração que entendam ser feitas.

Respondendo à questão da distinção entre os biocombustíveis avançados e os gases, na verdade, esta revogação foi proposta porque, na prática, hoje em dia e nos últimos anos, não houve qualquer isenção aplicável aos gases. Tal não significa, naturalmente, que não possa haver nos próximos anos, e estamos disponíveis para fazer esse ajustamento, se na especialidade assim se entender.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Brás, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a e Sr. Secretários de Estado: Temos em debate uma proposta de lei, do Governo, que consiste numa autorização legislativa sobre matéria fiscal.

Quanto à forma, bem podemos dizer que esta tem sido uma prática recorrente deste Governo, mas convém lembrar que a competência legislativa em assuntos fiscais é do Parlamento. O Governo tem de trazer propostas concretas em matéria fiscal e não pode vir sistematicamente pedir autorizações legislativas. Tem de se conformar com o Parlamento que temos e que os portugueses elegeram, que é este e não é outro.

Vejamos: desde o início dos anos 90 até ao início de 2024 — estamos a falar de 34 anos —, o Parlamento aprovou apenas 17 autorizações legislativas em matéria fiscal; entre 2015 e 2024 — Governos do Partido Socialista —, foram aprovadas apenas três autorizações legislativas; e sucede que, desde a tomada de posse deste Governo, já vieram aqui oito propostas de lei de autorização legislativa em matéria fiscal. O que se verifica é que este Governo, que tanto se queixa de que os partidos querem governar a partir do Parlamento, está sistematicamente a tentar usar uma competência que não é sua e que é deste Parlamento.

Mas, quanto ao conteúdo, ele é nada mais nada menos do que um aumento da carga fiscal, que já bateu todos os recordes. Por isso mesmo, pergunto ao PSD onde é que estão agora os Srs. Deputados que há meses tanto clamavam contra a carga fiscal por ser exagerada. Onde é que estão?

Aplausos do PS.

E mais: o PSD, que proclamou que o Orçamento do Estado para 2025 não aumentava um único imposto,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E é verdade!

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — ... fez um aumento, no primeiro dia, das taxas unitárias do ISP. O que é isso? É um aumento de impostos camuflado. E em que é que esta proposta de lei consiste? Num aumento de impostos camuflado. São 100 milhões de euros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, 100 milhões de euros que pretendem retirar aos portugueses com esta autorização legislativa.

Mas mais ainda: onde está o PSD que há uns meses rasgava as vestes por causa do preço dos combustíveis?

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Agora que o petróleo está mais barato do que antes do início da guerra da Rússia contra a Ucrânia, temos um maior peso dos impostos na formação do preço dos combustíveis, e ainda o querem agravar: 50,4 cêntimos em cada litro de gasóleo e mais de metade do preço de cada litro de gasolina são impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande moral que o PS tem!

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Não, Srs. Deputados do PSD, o PS não vai pactuar com este intuito camuflado de arrecadarem mais 100 milhões em impostos, e não contam connosco para perpetuar esta prática das autorizações legislativas em matéria fiscal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprovaram o Orçamento! E agora o que querem?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Secretária de Estado: A primeira questão relativamente a esta proposta de lei é mesmo o facto de ela ser uma autorização legislativa e de, mais uma vez, o Governo não permitir o aprofundamento da discussão na Assembleia da República relativamente, neste caso concreto, a matérias fiscais.

A Sr.^a Secretária de Estado, ainda há pouco, referiu que estão disponíveis para o debate na especialidade e para propostas. Sr.^a Secretária de Estado, sendo uma autorização legislativa, não há fase de especialidade para alteração do decreto que vier a ser publicado por parte do Governo. Portanto, esse processo legislativo não vai existir.

Ora, nós considerávamos que, sim, devia existir, porque há aqui matérias que estão colocadas em que, sim, deve haver um aprofundamento da discussão na Assembleia da República. O único artigo em que é possível fazer propostas de alteração é relativamente ao âmbito da autorização legislativa, mas aí não vamos intervir, no concreto, sobre a solução específica da legislação que, depois, vier a sair. Portanto, consideramos que, de facto, este não é o caminho e não deve ser esta a forma de se legislar numa matéria tão significativa e tão relevante como a da fiscalidade.

Esta é a nossa primeira observação relativamente a esta matéria, que revela uma outra coisa: não só nesta questão, mas em várias propostas que já vieram durante esta governação de PSD e CDS, que ainda nem sequer atingiu um ano, o método que o Governo utilizou foi este, o da autorização legislativa, para evitar o escrutínio, para evitar o debate e o aprofundamento da discussão relativamente àquilo que o Governo propõe.

A segunda questão que queríamos referir prende-se com as alterações relativamente ao IABA (imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes). Registamos esta alteração para que o certificado possa ser emitido pelas autoridades do setor vinícola para os pequenos produtores de vinho, mas lamentamos que o Governo não tenha ainda tomado a decisão que é necessária, nomeadamente, a de reconstituir as direções regionais de agricultura e de pescas, porque, de facto, esta é uma questão de fundo, que muitas dificuldades tem criado a este setor no nosso País.

A terceira questão prende-se com os biocombustíveis. A Sr.^a Secretária de Estado fez um conjunto de referências, e o PCP tem abordado esta matéria. Temos acompanhado a questão da produção de biocombustíveis a partir de resíduos florestais e agrícolas, mas, obviamente, não podemos acompanhar a questão da utilização de solos agrícolas para a produção de biocombustíveis. E a verdade é que este é o debate que se deve, de facto, aprofundar. A questão aqui não é tanto de fiscalidade, mas de saber quais são as opções relativamente a estas matérias. Era esse o debate que deveria estar a ser feito.

Já agora, Sr.^a Secretária de Estado, deixo uma última referência à importância do reforço dos meios da Direção-Geral de Energia e Geologia, exatamente no acompanhamento de todas estas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais uma vez, o Governo escolhe os combustíveis como uma forma de continuar o esbulho fiscal que incide sobre os portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Desta vez, mais surpreendentemente ainda, e numa altura em que tanto se fala de descarbonização e de proteção ambiental, o Governo pretende acabar com a isenção fiscal sobre os biocombustíveis e gases de origem renovável. Não é a altura certa. Não é a altura certa para onerar os portugueses ainda mais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Num contexto geopolítico em que a União Europeia procura emancipar-se da dependência energética de países terceiros, este Governo quer desincentivar os investimentos no setor e na respetiva cadeia de valor, e colocar um travão nos esforços de descarbonização do País. Está em contraciclo com o Plano Nacional de Energia e Clima, face ao que é dito sobre a política fiscal na Estratégia Nacional para o Hidrogénio e no Plano de Ação para o Biometano.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Os benefícios fiscais são medidas de caráter excecional, instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais que se revelem superiores aos da própria tributação que impedem.

No caso dos biocombustíveis avançados, na aceção dada pelo decreto-lei que vigora desde 2010, foi instituída a isenção total sobre os produtos petrolíferos e energéticos, tendo em vista a prossecução das metas de incorporação de biocombustíveis. Vejamos, e sejamos sinceros: a sua revogação trará um efeito errado no que diz respeito ao modelo de governação para os gases renováveis; mais: expõe também uma grande contradição e mostra que o Governo não tem visão holística sobre o setor dos combustíveis.

Que sentido ambiental e económico faz revogar uma isenção sobre biocombustíveis e manter em vigor a subsidiação de combustíveis totalmente fósseis, através de descontos na taxa de carbono, no ISP ou no gás natural?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sejamos claros, a justificação elencada, quanto às metas de incorporação atingidas, não é suficiente para a eliminação desta isenção fiscal. Devíamos, sim, considerar a penetração dos biocombustíveis avançados na cadeia de valor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — O facto de as metas ambientais serem atingidas num ano ou noutro não é suficiente, é apenas de conjuntura temporal. Até de acordo com as associações representativas do setor, a consequência desta medida será o inevitável aumento do preço dos combustíveis, que ficarão inevitavelmente mais caros, arrastando consigo, ainda, a possibilidade de impactar negativamente os esforços de descarbonização do País. Assim, a Comissão de Ambiente aprovou um requerimento para ouvir a Sr.^a Ministra do Ambiente, mas, desde outubro, ainda não foi possível ouvi-la sobre esta matéria.

Mas quanto representa, afinal, esta medida na arrecadação adicional de receita fiscal? Eis a questão. Na verdade, nos quadros do cenário orçamental subjacente ao Orçamento do Estado para 2025, as contas já estão feitas pelo Governo, ao prever um aumento de 100 milhões de euros na arrecadação de ISP adicional pelo fim da isenção dos biocombustíveis avançados de forma colateral. Mais 100 milhões de euros em impostos a pagar, todos, pelos portugueses. Mais 100 milhões de impostos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — É este o balão de oxigénio prometido aos cidadãos e às tesourarias das nossas empresas? Ou é o continuar a penalizar o nosso tecido empresarial e o crescimento económico português? Não, logo a iniciar o ano, este é o exemplo da contínua e brutal carga fiscal que perdura e que tanto penaliza Portugal. Chega de impostos!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^a Secretária de Estado: A primeira nota relativamente ao debate que estamos aqui a ter hoje, não é demais lembrar, é que este Governo

está a habituar o País e o Parlamento a trazer propostas de autorização legislativa, nomeadamente em matérias que são de competência legislativa da Assembleia da República, como o é a matéria fiscal. Não nos parece sequer aceitável que, de tempos a tempos, e muito recorrentemente, seja esta a estratégia do Governo, não só porque isto significa um método errado, mas porque não há espaço para debate. É profundamente antidemocrático e faz com que o Parlamento deixe de ter competências que lhe são atribuídas.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Aliás, nota desse erro e desse método errado é que a própria Secretária de Estado nos fala aqui de um processo de especialidade que não existe e que não vai existir. Portanto, creio que o Governo se deve focar um bocadinho sobre o papel em que está, quando apresenta à Assembleia da República estas autorizações legislativas com demasiada regularidade. E o facto de não haver este debate e de não haver esta especialidade leva a que tenhamos muitas dúvidas relativamente ao que é proposto.

A segunda nota, que tem a ver com essa confusão, é que se agregam aqui temas que são muito diversos. Cada um, por si só, daria para um debate e uma discussão muito específica, porque o debate sobre o imposto especial de consumo sobre bebidas alcoólicas não é o mesmo que o debate sobre os biocombustíveis, de todo. Creio que, até do ponto de vista da produção nacional, nomeadamente do vinho, estas duas matérias mereciam um debate separado, mais aturado, mais aprofundado, coisa que, novamente, esta autorização legislativa não permite fazer ao Parlamento. Portanto, esta situação traz apenas insegurança relativamente àquilo que poderá vir a ser depois apresentado pelo Governo.

Por último, sobre os biocombustíveis, o Bloco de Esquerda tem sido, ao longo dos anos, muito claro relativamente a essa matéria: os biocombustíveis só podem ser encarados como uma opção de recurso absolutamente transitória, porque eles estão longe de estarem isentos de riscos ambientais.

Por exemplo, a Sr.^a Secretária de Estado falou dos riscos de fraude, nomeadamente, com a introdução de óleo de palma, que vem da desflorestação. Esta autorização legislativa não nos diz nada sobre como é que, afinal, se vai combater esta fraude e, portanto, novamente, não estamos, sequer, a discutir nada que seja relevante, do ponto de vista ambiental, no que toca à produção destes biocombustíveis. Este pedido de autorização legislativa não nos diz absolutamente nada sobre esta matéria que é absolutamente essencial.

Portanto, parece-nos que, de facto, esta forma de tentar legislar traz erros; é um método errado, que retira, inclusivamente, ao Parlamento competência que lhe é cometida e que, na verdade, só faz com que, sobre matérias distintas e muito importantes, não vamos ter especialidade nenhuma; não teremos, sequer, nenhum debate e, portanto, é um erro, Sr.^a Secretária de Estado.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Paulo Muacho, do Livre. Dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A primeira questão é, efetivamente, esta questão da forma.

Já foi aqui referida várias vezes — mas vamos também referi-lo, porque não é um pormenor — a quantidade de autorizações legislativas que este Governo tem apresentado a este Parlamento. As autorizações legislativas são sobre temas que a Constituição prevê que deva ser o Parlamento, por regra, a legislar. E, se é verdade que a Constituição também prevê a possibilidade de autorizações legislativas, não é suposto estas autorizações legislativas serem a regra e o Governo apresentar, sistematicamente, pedidos de autorização legislativa, principalmente em matérias como as que estamos a discutir hoje — matérias fiscais —, e, no fundo, poder governar por decreto.

Também já aqui foi dito, e reforçamos: o processo de especialidade não vai permitir alterar nem fazer esta discussão da forma aprofundada que ela merece. Portanto, a única coisa que podemos dizer sobre esse ponto é que esperamos que o Parlamento, como também a Constituição prevê, não dê autorização legislativa ao Governo.

Em segundo lugar, o Governo está aqui a querer transpor, parcialmente, algumas diretivas europeias, mas também revoga isenções fiscais sobre o Código dos Impostos Especiais de Consumo.

A exposição de motivos fala-nos sobre os biocombustíveis; a Sr.^a Secretária de Estado também nos falou, na sua intervenção inicial, sobre esta questão dos biocombustíveis, o que nos parece defensável, perfeitamente defensável, já que estes usam, como também já foi referido muitas vezes, resíduos que não são sustentáveis a nível ambiental. Mas, o fim desta isenção inclui também os gases de origem renovável e, tanto na exposição de motivos, como na sua intervenção inicial, não foi feita nenhuma referência a isso.

Já lhe foram feitas referências, incluindo pela bancada do PSD, mas a verdade é que essa questão esteve ausente. Mas, mesmo dentro dos gases chamados renováveis, há muitos tipos diferentes de gases...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há, é verdade!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... e uns também são mais sustentáveis do que outros.

Portanto, também podemos afinar a nossa política ecológica e ambiental, e, no fundo, tratar de forma diferente aquilo que é diferente e impulsionar as fontes de combustível efetivamente renovável.

Para resumir: esperávamos que esta questão pudesse ter o debate e o tempo que ela merece. Lamentamos que o Governo continue a querer governar por decreto. Sugerimos que retirem esta proposta ou, se não retirarem, que ela seja chumbada e que apresentem uma proposta de lei sobre esta temática, para o Parlamento a poder discutir convenientemente.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado: Apesar de acompanharmos algumas das reservas em relação aos biocombustíveis, não nos podemos esquecer de que os mesmos deveriam ser encarados como uma medida provisória, porque, se a questão de fundo se prende com o óleo de palma, deveríamos estar a dar cumprimento à Lei de Bases do Clima e também ao Orçamento de 2021, que estabeleceu o fim do uso do óleo de palma, ao invés de estarmos a fazer pagar o justo pelo pecador — efetivamente, os biocombustíveis têm uma capacidade de maior redução das emissões de carbono — e de estarmos a terminar com estas isenções.

Ao invés de irmos à fonte do problema que é, de facto, o uso de óleo de palma, parece-nos que não devemos, de alguma maneira, dificultar o que pode ser um impacto de redução, entre 84 % a 97 %, em relação aos combustíveis fósseis, cujos apoios, até por força do Orçamento de 2025, se mantêm com isenções que ascendem a mais de 300 milhões de euros.

Portanto, nesse sentido, achamos que há aqui um caminho maior que o Governo deveria estar a fazer para que, de facto, não se verificasse o fim destes apoios já, mas, sim, de forma transitória, indo em direção do fim do uso de óleo de palma. Não percebemos, ainda, o que é que este Governo vai tirar da gaveta, ou não, da execução do Orçamento de 2021 e da Lei de Bases do Clima.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD. Dispõe de 2 minutos e 47 segundos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado: Queria começar por saudar o Governo, em particular a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, neste dia em que foi aprovado e apresentado o primeiro programa de simplificação fiscal, que é muito importante para simplificar e melhorar a vida dos portugueses...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... e, também, para aumentar a competitividade da nossa economia, com a redução dos custos de contexto e desburocratização.

Na campanha eleitoral, prometemos mudar Portugal e, aos poucos — e ainda neste curto espaço de tempo de governação —, temos vindo a implementar as medidas necessárias para mudar Portugal e as reformas de que o País precisa, as quais, assumidamente, arrepiavam o Partido Socialista, segundo as palavras do próprio Primeiro-Ministro António Costa.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Estas medidas são bem-vindas, Sr.^a Secretária de Estado; mais virão, pois sabemos que são apenas as primeiras.

Sobre os diplomas em discussão, não posso deixar de sublinhar o facto de se tratar de transposição de diretivas europeias, duas das quais em atraso, com processos de infração em curso — uma situação muito grave, sendo mais um exemplo da pesada herança socialista que recebemos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Oh!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Foram mais de 60 as transposições comunitárias em atraso que herdámos do anterior Governo socialista...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... e que refletem bem a passividade da governação que tínhamos. Mas, uma vez mais, aos poucos estamos a resolver.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Nestas transposições para ordenamento jurídico nacional temos um pouco de tudo: introdução de algumas isenções de tributação e eliminação de outras isenções atualmente existentes, harmonização da legislação, alteração de normas relativas à circulação de produtos e clarificação e alteração de conceitos.

Nesta proposta do Governo pretende-se, igualmente, revogar uma isenção que, manifestamente, não está a cumprir os objetivos a que se propôs e, pelas intervenções antecedentes, parece que alguns dos partidos ainda não o perceberam.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Nós percebemos tudo!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Aquilo que deveria ser um incentivo para o aumento da produção nacional e estímulo à economia circular não se está a concretizar. Por um lado, temos assistido à diminuição da produção nacional de biocombustíveis — por contraponto ao aumento das importações —, e, por outro lado, estas mesmas importações concentram-se, em grande medida, nos efluentes de palma, nomeadamente oriundos do Sueste Asiático, com a respetiva pegada ecológica, que precisamente pretendemos contrariar.

Srs. Deputados, é isso que estamos a financiar com a atual isenção fiscal. Não estamos a aumentar os impostos aos portugueses, são os impostos dos portugueses que estão a financiar esta produção no Sueste Asiático. Ou seja, a componente nacional da economia circular não está a funcionar, não evolui, pelo que os 100 milhões de euros de despesa fiscal desta isenção poderão ser mais bem empregues noutra finalidade, para que se atinjam os propósitos que pretendemos.

Aproveito os últimos segundos para fazer aqui o anúncio de que vamos requerer a baixa desta proposta à Comissão, sem votação, para que possamos obter um amplo consenso sobre esta matéria.

Aplausos do PSD.

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — Não têm coragem de levá-la a votação?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, que dispõe de 3 minutos e 14 segundos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: O que, neste fim de tarde, discutimos é uma tentativa, que já percebemos fracassada, de passar um cheque em branco ao Governo. Para isso, não contam com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O que está em causa é uma alteração legislativa. Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado, não vai existir discussão em sede de especialidade...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vai haver especialidade, vai!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... e, para isso, não contem connosco.

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — Mais nada!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — É apenas votado um artigo, que é um «objeto».

Srs. Deputados, não havendo discussão em sede de especialidade, no Parlamento, de uma matéria tão significativa, não contem connosco. O Governo, ultraminoritário, comporta-se como se tivesse maioria absoluta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se tirar os da Madeira, ainda são menos!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O PSD tem 78 Deputados, os mesmos que esta bancada; apenas tem mais dois Deputados se juntar o CDS, mas governa como se tivesse maioria absoluta: não quer negociar com o Parlamento, não quer discutir com o Parlamento e tenta legislar, em matéria fiscal, através de autorizações legislativas.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Já que este diploma fala de tudo e de mais alguma coisa, e de vários temas completamente distintos, vamos aos biocombustíveis.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tratando-se de uma autorização legislativa, fez aprovar, na Comissão de Ambiente e Energia, um requerimento urgente para ouvir a posição da Sr.^a Ministra do Ambiente sobre o tema e o Governo recusou-se a vir ao Parlamento. O Governo não se apresentou no Parlamento.

Aplausos do PS.

O PS disse, na Comissão de Ambiente e Energia, que só votaria este diploma depois de ouvir a Sr.^a Ministra do Ambiente, e a Sr.^a Ministra do Ambiente recusou-se a ir ao Parlamento, ignorando um requerimento aprovado por unanimidade na Comissão de Ambiente e Energia, Srs. Deputados.

Protestos do PSD.

Isto é uma evidência!

Sr.^a Secretária de Estado, a sua colega, a Sr.^a Ministra do Ambiente, recusou-se a vir ao Parlamento explicar o que é que o Ministério do Ambiente tem a dizer sobre este tema.

Vamos a factos. Da análise do diploma, temos reais dúvidas do risco de não-cumprimento dos objetivos «verdes» assumidos com a União Europeia. O fim da isenção irá colocar em causa o cumprimento de metas de incorporação de biocombustíveis.

O PSD, com esta proposta, parece não estar preocupado com a indústria nacional. Esta proposta vai em contraciclo com esses objetivos, tendo em consideração todas as diretivas e planos já aprovados, tais como o

PNEC (Plano Nacional Energia e Clima), o RED (*Renewable Energy Directive*) ou o European Green Deal. Já para não falar de que estas fontes de energia sustentável promovem uma economia circular com uma reutilização de resíduos que, de outra forma, iriam ser descartados para aterros, para o domínio hídrico e meio ambiente.

Naturalmente, Srs. Deputados, sabemos que é preciso fiscalizar — mantemos essa posição — o óleo de palma que, segundo vários dados, tem entrado no País, e aumentar, também, a fiscalização sobre produtos importados. Mas um ponto que importa e que afeta esses objetivos são as exportações de gases renováveis, como o biometano.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em que País é que vive?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Como querem descarbonizar a rodovia? E, sim, nesta autorização legislativa, esta matéria está colocada.

Outro ponto relevante é que esta isenção tem em vista uma discriminação positiva, em sede de ISP, face aos produtos de origem fóssil e isso, em si, não incentiva a substituição dos combustíveis fósseis.

Temos, naturalmente, muito para discutir neste tema, mas não é através de uma autorização legislativa. O PSD, desta forma, não vai conseguir discutir este tema, porque, num tema crucial como este, apenas quer fugir do Parlamento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então à intervenção de encerramento, por parte da Sr.^a Secretária de Estado, que dispõe de 2 minutos para efeito. Faça favor, Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Enfim, começando pela crítica reiterada da apresentação destas alterações sob a forma de pedido de autorização legislativa, como os Srs. Deputados bem sabem, o pedido de autorização legislativa é uma figura constitucionalmente consagrada,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Oh!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não invalida a crítica!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... que eu conheça não tem, nem na Constituição nem no Regimento, nenhum tipo de limite...

A Sr. **Marina Gonçalves** (PS): — O que não invalida que a possamos rejeitar!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... e tenho muita dificuldade em perceber essa crítica de falta de transparência, quando não só essa transparência existe, como esse debate existe — e esta discussão, hoje, prova, precisamente, que esse debate existe, e está a ser tido nesta sede.

Aplausos do PSD.

Quanto à inutilidade, aqui também apontada, da descida à discussão em sede de especialidade, permitam-me que não acompanhe também essa crítica, porque o âmbito e o alcance da autorização que é dada no diploma permite, neste caso concreto, perfeitamente resolver todas as dúvidas dos Srs. Deputados.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não conhecem a lei!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Quanto ao tema dos biocombustíveis, enfim, ouvi aqui também várias críticas. Primeiro esclarecimento: não há aqui nenhum aumento de impostos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Aquilo que acontece — e, aliás, o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, que acompanho nesta parte, esclareceu — é que uma isenção de imposto é uma medida absolutamente extraordinária, consagrada em nome de um interesse maior.

Aquilo de que falamos é, precisamente, de devolver 100 milhões ao Orçamento do Estado, para uma medida cujo incentivo e cuja perda de receita, demonstradamente, não é necessária.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não, não!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — As metas estão ultrapassadas em 50 vezes e, portanto, não vemos, honestamente, a utilidade da manutenção desta isenção, face àquilo que presidiu a sua criação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Termina, assim, este ponto da ordem de trabalhos.

Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira que informe a Câmara dos Srs. Deputados que assistiram aos nossos trabalhos remotamente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados Ângela Almeida, Andreia Neto e Francisco Covelinhas Lopes, do Partido Social Democrata e o Sr. Deputado Henrique Rocha de Freitas, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como sabem, amanhã temos mais de 700 pessoas convidadas e inscritas para assistir aos nossos trabalhos. Pedi aos serviços para montarem ecrãs também na Sala do Senado, mas, para que seja cautelada a entrada do maior número de pessoas possível para assistir ao ponto da ordem do dia que traz essas pessoas à Assembleia da República, foi acordado, entre todas as bancadas, que o segundo ponto passe a ser o primeiro e o primeiro passe a ser o segundo, para que, assim, as pessoas que vêm para assistir à discussão desse ponto, possam ir entrando e assistir ao debate. Portanto, chamava a atenção para esse facto.

Assim, do primeiro ponto da nossa agenda para amanhã consta a discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 41/XVI/1.^a (ALRAA) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prossequindo objetivos de coesão social e territorial.

Do segundo ponto, consta, então, a discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 416/XVI/1.^a (PSD, PS, BE, PCP, L, PAN) — Aprova a reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de Freguesias aprovado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Até amanhã, boa tarde, e bom descanso.

Eram 18 horas e 19 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.